



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 5/2023

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2023, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Christelle Varanda Domingos (em substituição Celeste Nunes Rodrigues), com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação das atas:

Ata n.º. 8/2022 referente à sessão de 30 setembro.

Ata n.º. 9/2022, referente à sessão de 3 de novembro.

Ata n.º. 10/2022, referente à sessão de 21 de dezembro.

Ata n.º. 11/2022, referente à sessão de 22 de dezembro.

3. Apresentação do Relatório de Atividades 2022 da AMCB

4. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 – Discussão e votação das propostas de “Designação de Júris de Concurso para Cargo Dirigente Intermédio de 3.º. Grau. Chefe da Unidade de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas”. **(Proposta n.º. 37/2023)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de “Afetação ao Domínio Público do Município de Castelo Branco de uma parcela de terreno com área de 3644 m2, em Ribeiro da Seta. **(Proposta n.º 38/2023)**

Ponto 4 - Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2022”:

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 39/2023)**

4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 40/2023)**

Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2022”:

5.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. **(Proposta n.º 41/2023)**

5.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. **(Proposta n.º 42/2023)**

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta “Área de Recrutamento. Dirigente Intermédio. Estrutura Orgânica Flexível. **(Proposta n.º 43/2023)**

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta “Comparticipação Financeira dos Municípios no Âmbito do Concurso Público de Concessão de Transporte Público de Passageiros para a Beira Baixa. Encargos Plurianuais. **(Proposta n.º 44/2023)**

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta “Regulamento de Apoio à Família no Concelho de Castelo Branco. Procedimento de Alteração”. **(Proposta n.º 45/2023)**

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta “Primeira Revisão Orçamental Mediante a Utilização do Saldo de Gerência do Ano Anterior e Dotação da Rúbrica, dos SMAS”. **(Proposta n.º 46/2023)**

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carlos Manuel Silva Salvado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria Manuel Pereira Roque S. Duarte (em substituição de João Filipe Dias Ribeiro),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Catarina Isabel Romão Proença (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida), Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Orlando Almeida G. Vicente (em substituição de Ana Cristina Marques Lourenço), Carlos Simão Martins Mingacho, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Célia Afonso (em substituição de Celeste Nunes Rodrigues), José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, João Filipe Dias Ribeiro, Ana Cristina Marques Lourenço, Daniel António Guerreiro Almeida, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, João Filipe Dias Ribeiro, Ana Cristina Marques Lourenço, Daniel António Guerreiro Almeida, Celeste Nunes Rodrigues

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

Damos início à sessão da Assembleia Municipal convocada de acordo com o Regimento, em vigor e com a Lei nº. 75/2013.

Para além do edital/convocatória, houve a publicação nas redes sociais oficiais do Município e também publicitação no Jornal Reconquista e Gazeta do Interior.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal os Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal, caras Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Juntas e das Uniões de Freguesia do Concelho, Múncipes aqui presentes e remotamente, através das redes sociais, dirigentes e funcionários municipais e comunicação social.

Em nome da Mesa, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Temos então presentes 40 Deputados Municipais: 18 do GM do PS, 15 do GM do Sempre Movimento Independente, 4 do GM do PSD/CDS/PPM, 2 do GM do CHEGA e 1 GM do MPT.

2. Aprovação das atas:

2.1. Ata nº. 8/2022 referente à sessão de 30 setembro.

2.2. Ata nº. 9/2022, referente à sessão de 3 de novembro.

2.3. Ata nº. 10/2022, referente à sessão de 21 de dezembro.

2.4. Ata nº. 11/2022, referente à sessão de 22 de dezembro.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedi a palavra para tecer aqui algumas considerações às atas, particularmente à ata nº. 8, na página nº.16 em que o Senhor Deputado, Armando Lopes Ramalho é chamado Armando Lopes Carvalho.

Depois fui ler concretamente aquilo que foi a minha intervenção nesta Assembleia Municipal e quando me referi aqui à moção apresentada pelo PS no dia 30 de setembro, o que eu disse foi “idos anos 80” e não “induzidos anos 80”. Depois o que disse também é que a “barragem mesmo com o país em seca extrema, a Barragem de Santa Águeda manteve um nível de água cerca de 86%”, e não 186%, de facto, tínhamos que vir todos de barco para aqui. De seguida, quando me referi à moção do S-MI, referi-me à moção e não à barragem do S-MI. O S-MI não tem nenhuma barragem.

Depois Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quem apresentou a moção do S-MI não fui eu, foi a Senhora Deputada Maria José Rafael. Na ata consta que fui eu que passei a apresentar a moção, mas na resposta que o Senhor Presidente, referiu-se de facto à moção apresentada pela Senhora Professora Maria José Rafael.

Portanto, fica aqui a minha proposta que se adie a aprovação destas atas, provavelmente esta não foi a versão final que foi lida pela última vez, talvez tenha havido aqui um engano.

Eu sei que quando fazemos aqui intervenções, é-nos solicitado o texto, portanto, esse processo fica logo facilitado, relativamente áquilo que são as intervenções sem o documento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

suporte. Penso que se deve estar com atenção às intervenções que os Senhores Deputados referiram, porque de facto não faz muito sentido que assim seja, este texto não faz muito sentido.

Sou franco, não li as outras atas, mas face às correções necessárias, penso que não eram correções que pudesse fazer e enviar um email, digamos, ao secretariado da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidenta da Assembleia apelando para que a Assembleia Municipal seja um exemplo para a comunidade neste contexto e tenha aqui uma atitude pedagógica na elaboração das atas, mas também no envio das convocatórias que muitas vezes somos confrontados com aditamentos. Por exemplo, a Convocatória do 25 de Abril que primeiro era às dez e trinta, depois recebemos um email para as dez horas.

O Senhor Presidente referiu que seria útil, desejável utilizar a plataforma, mas também não podem ser retirados documentos e depois coloca-los já corrigidos como já aconteceu no passado. Portanto, Senhor Presidente, o que gostávamos era que houvesse aqui alguma prudência relativamente a estes processos administrativos da Assembleia Municipal.

A minha proposta é construtiva, no sentido, de não estarmos aqui a corrigir as atas, não perdermos tempo aqui com isto e, portanto, a Assembleia dê o exemplo lá fora de como os processos administrativos devem ser tratados. É esta a minha proposta porque não poderei votar a favor esta ata com estes erros.

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Deputado obrigado pelas suas observações. Obviamente que o primeiro interessado para que as coisas corram de forma regular e perfeitamente eficiente somos nós e, neste caso, concreto sou eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

As questões que levantou são pertinentes, aliás já tivemos oportunidade de as discutir na Comissão Permanente em relação à questão das atas e dos problemas, penso que numa próxima reunião da Comissão arranjaremos de uma forma mais expedita e mais correta, de impedir que esta situação possa chegar aqui ao plenário e possa ser filtrada antes e possa ser de alguma forma corrigida os lapsos que possam acontecer.

Da nossa parte não vemos inconveniente que esta aprovação das atas seja retirada da ordem de trabalhos e vamos verificar esta situação e analisada mais a fundo na Comissão Permanente que vamos agendar, colocaremos esta questão e formularemos uma determinada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

atuação e um determinado hábito para que antes de virem à Assembleia haja uma correção a vários níveis para que essas questões possam acontecer.

- Ponto retirado da Ordem do Trabalhos.

3. Apresentação do Relatório de Atividades 2022 da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia fez a apresentação da Atividade da Assembleia Municipal.

4. Intervenções.

Ernesto Candeias Martins (MPT) - A minha intervenção política insere-se em questões locais de ordem prática do funcionamento do município, com referência a 3 aspetos considerados fundamentais:

1- Política Local de Habitação enquadrada no programa Mais Habitação do Governo. O Primeiro-Ministro afirmou que *«a habitação é uma preocupação central e transversal da sociedade portuguesa porque diz respeito a todas as famílias e não apenas às mais carenciadas»*, mas também *«aos jovens e às famílias da classe média»*.

O Senhor Presidente sabe que as medidas do Governo nesse programa apresenta vários eixos de ação, por exemplo: Aumentar oferta para habitação; simplificar licenciamento; mercado arrendamento em Castelo Branco (estímulos a novos projetos e incentivos fiscais para o arrendamento acessível, sem pagamento de IMT na aquisição de casas para arrendamento acessível, ao realizar obras de reabilitação com IVA à taxa de 6%, e isenção de IRS sobre os rendimentos prediais); Apoiar as famílias no seu endividamento (apoios de crédito à renda e o crédito à habitação); Nova geração de políticas de habitação (2016) estratégias locais de habitação; oferta pública de habitação; mobilização do património público (e privado) disponível, com uma linha de financiamento para as obras de conservação e incentivar a mobilização de terrenos para usos habitacionais; desagravamento muito significativo para todos os que coloquem casas no arrendamento habitacional diminuindo a taxa geral de 28% para 25%. Como sabe Sr. Presidente o apoio ao arrendamento possibilita a atribuição de apoio financeiro para o arrendamento habitacional, permitindo suportar os custos dos valores de renda praticados ou como alternativa ao realojamento em habitação social de muitas famílias desfavorecidas ou em dificuldades económicas. Tem a Câmara previsto algum subsídio de carácter transitório, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sendo atribuído por períodos, com esta alteração agora aprovada, de 12 meses, 50% do valor da renda ou pagamento das rendas em dívida para as famílias albicastrenses que necessitam desse apoio? Qual é a estratégia(s) da Câmara?

O que vai fazer a Câmara em relação ao Plano de Habitação Local, se o tem se tem algo em mãos em termos estratégicos?

Quais as estratégias para baixar os preços da habitação para as famílias e jovens na procura de casa? Quais os custos para a habitação social e para as famílias jovens?

Em relação aos lotes de terreno público para construir prédios para o domínio privado a Câmara vai seguir o mesmo que tem feito até aqui, que é pouco ou nada? Mas, a Câmara também vendeu lotes de terreno e não obrigou os proprietários a construir?

Qual é estratégia relativamente à produção de Habitação a custos controlados?

2 - O Terma dos incêndios no nosso concelho. Atravessamos um ano difícil em termos de temperaturas tendo o país até ao dia 11 de abril atingido o 5.º valor mais elevado em número de incêndios e o 5.º valor mais elevado de área ardida, desde 2013, sendo de referir que o maior indicador de incêndios é a negligência. O próprio Governo para 2023 disponibilizou 31,7 milhões de financiamento, em que o DECIR terá mais dinheiro para intervir.

A carta de perigosidade ou o mapa que identifica os locais de maior risco florestal no país (deve ser nível concelhio), em especial incluindo o território do nosso concelho ficou suspenso até 2024, devido a dificuldades na implementação e a desacordos técnicos entre autarcas e a 'Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais'. Uma vez que está suspenso essa Carta/Mapa haverá um Plano Municipal de Defesa da Floresta – orientador da prevenção e ação operativa.

Lembro-lhe que uma boa cartografia implica um bom planeamento das ações de prevenção e de pré-supressão de incêndios com a necessidade de serviços estruturados, de meios disponíveis e dos apoios à Proteção Civil, em articulação com os Bombeiros e a Operação Floresta Segura da GNR.

Senhor Presidente da Câmara como responsável máximo pela Proteção Civil no concelho a que preside devia ter começado há muito a trabalhar para o próximo verão, mas responda-me às seguintes inquietações dos cidadãos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Qual é o estado do território concelho em relação aos terrenos que não foram limpos para prevenir os incêndios rurais? Há a necessidade de proceder a essas limpezas previstas na lei relativas à segurança do edificado ou zonas habitacionais, à reflorestação.

Há algum Relatório sobre a Conservação da Natureza e das Florestas do concelho?

Há algum **mapeamento das zonas florestais de maior risco no concelho? Neste sentido prevê-se a proibição da circulação e o uso de motores de combustão em certas zonas?**

O que fez a Câmara para consciencializar e informar a população para preparar-se e prevenir-se para este período quente/seca (por exemplo: campanhas de prevenção dos incêndios florestais na imprensa, nos meios eletrónicos, no site da Câmara, folhetos e medidas).

Sabe que a população tem um papel fundamental na prevenção, desde a limpeza da floresta à própria estrutura e cuidado da mesma.

3 - Situações de “STRESS HÍDRICO”, o problema da água, em termos de escassez, a falta e aproveitamento, as consequências da seca ou sequia no Concelho e, ainda as perdas de biodiversidade.

Já referi muitas vezes nesta Assembleia que é necessário um debate urgente concelhio sobre o que pretendemos para a Gestão da Água, dos Recursos Hídricos ou Serviços de Água e Saneamento nas próximas 2 ou 3 décadas, o problema dos ativos estratégicos. Estas preocupações nossas estão inseridas nos ‘Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’ e na Agenda 2030, das Nações Unidas, a qual vai promover uma Conferência de Água, em 2023.

Sabe Senhor Presidente que Portugal está cada vez mais ameaçado pela falta de água e pela dependência de energia de países politicamente instáveis. Esta alerta está incluído na edição deste ano do Relatório de Ameaças Ecológicas (Instituto de Economia e Paz -Austrália, 2022). Há que acertar estratégias para o futuro do concelho perante prolongadas situações de escassez de água e de secas e/ou cheias e inundações provocadas por trovoadas. Menciono ainda a publicação da obra, em 2020, pela F.C.G. do ‘*O uso da água em Portugal. Olhar, compreender e atuar com os protagonistas chave*’, trabalho científico de grande mérito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É necessária uma abordagem holística, por parte da Câmara a este problema e com uma Política da Água para o Concelho e, sobretudo a elaboração de uma ‘Carta da Água’.

A poluição nos rios que se arrasta há décadas, está por se fazer, especialmente no Ponsul e também em outras ribeiras e no Ocreza. Nesta encontramos poluição envolvente que se exige que se cumpra ou implementa devidamente a diretiva União Europeia e os seus princípios básicos (como seja o poluidor-pagador e o utilizador-pagador na utilização excessiva de fertilizantes, que depois contaminam as águas superficiais e subterrâneas e por consequência a degradação da qualidade da água – caso da Barragem da Marateca. Deve imperar o bom senso na aplicação da Normativa Comunitária e de legislação nacional sobre estas questões ambientais e de poluição. Parece-nos que há uma certa relutância, em alguns aspetos estruturais da política municipal ou mesmo uma ausência de uma política de fundo no combate às questões poluição, do problema da água, da seca e da desertificação.

Senhor Presidente prevê a Câmara propor algum Plano Estratégico nesta matéria ambiental?

Para quando nesta Assembleia o debate sobre o tema da água e dos recursos hídricos do concelho?

Porque é que a Câmara não promove estudos e trabalhos de investigação sobre este tema e a ocorrência de futuras secas (prolongadas) na Região?

Cabe à Câmara adotar ações e medidas eficazes para enfrentar a crescente vulnerabilidade dos recursos hídricos e dos serviços de água aos efeitos das alterações climáticas, o uso eficiente da água e a eficiência energética associada, a reciclando e reutilizando das águas residuais tratadas com maior abrangência na cidade/concelho nos espaços verdes, tendo já iniciado esporadicamente algumas medidas. Porque não haver um Projeto Reciclar Água e um Projeto de retenção de Água para os espaços verdes e parques, integrados no Plano de Política do Ambiente Sustentável para o Concelho e que seja alargado à limpeza dos rios mantendo o habitat envolvente, desde a Serra da Gardunha até aos limites da freguesia de Stº André das Tojeiras com benefícios para agricultura local, assim como a melhoria das estações de tratamento da ETAR.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Espero que o Sr. Presidente me elucide destas questões levantadas.

Tenho dito.

Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA) – Os bebedouros nas vias públicas mais propriamente nos passadiços, onde as pessoas passeiam, por exemplo, na estrada que vai da Rotunda da Europa até ao Continente, não existe nenhum, assim como na zona do mercado. Tal como para os animais também não existe nenhum. Na zona do mercado não existem sacos para recolha de dejetos para animais.

João José Louro Ramos (Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira) –

“Parque Natural Tejo Internacional PNTI”.

Data da criação: Decreto lei regulamentar nº 9/2000 de 18 de agosto

Hectares: 26490.43

Venho fazer algumas considerações sobre este tema:

- Foi imposto por decreto e nunca foi aceite pela população;
- Todos concordamos que temos de proteger (preservar) os valores naturais seja a flora; fauna e património cultural.
- Constatamos que existe falta de comunicação e envolvimento com quem reside e vive dentro do território.
- **Pergunto:** Passados estes anos quais foram os benefícios para as populações/proprietários que vivem dentro do parque???? Obrigação muitas!!!!
- Hoje se existem valores que devemos preservar é porque quem nasceu, viveu e vive dentro do território os soube preservar.
- **Não nos venham agora dar lições de conservação, peço desculpem, mas é a realidade.**
- Entendemos que o PNTI podia e devia ser um “motor” de desenvolvimento e divulgação dos produtos “regionais” infelizmente não se verifica.
- **Em 2022 foi criada uma comissão para a cogestão do para Do PNTI;**
- **A mesma é constituída por sete entidades e mais uma vez as freguesias ficaram sem representação.**
- **As ações participativas realizadas são um bom princípio, mas insuficientes.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- É nossa convicção que se as freguesias não estiverem presentes dificilmente o PNTI terá sucesso.

Moção e recomendação sobre os encargos das cx multibanco.

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal CMCB foram aprovadas na Assembleia municipal de fevereiro uma moção apresentada pelo **SEMPRE** sobre o pagamento dos encargos das caixas multibanco instaladas nas freguesias pela **Câmara Municipal de Castelo Branco**; e uma recomendação apresentada pelo **PS** para um apoio **monetário extraordinário das freguesias**,

- Pergunto se houve algum desenvolvimento sobre estes dois temas???

Obrigado.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Lourical do Campo) - É inquestionável a importância que as Freguesias assumem no nosso Concelho.

O papel de proximidade desempenhado pelos diferentes Executivos das nossas Freguesias é fundamental para garantir que as nossas comunidades possam enfrentar as dificuldades, que se colocam nos territórios de tão baixa densidade.

São as Freguesias que no dia a dia, rua a rua, caminho a caminho, projeto a projeto asseguram as respostas mais básicas das suas populações, somos nós que diariamente vivenciamos os problemas e procuramos as soluções.

Sabemos que há dinâmicas que **NÃO** estão nas nossas mãos, mas muitas responsabilidades e projetos estão.

Nós somos a primeira linha no combate às dificuldades apresentadas pelas populações. E, sempre que está nas nossas mãos a resolução dos problemas, é sempre importante dar respostas céleres e atempadas, o trabalho de proximidade é isto mesmo.

São também as Freguesias os principais interlocutores com as Instituições, nomeadamente a Câmara Municipal, transmitindo as principais necessidades de intervenção.

A estreita articulação entre Câmara Municipal e as Freguesias é determinante para garantir medidas e projetos adequados às necessidades dos munícipes.

É por isso que reiteradamente apelamos para que a câmara municipal olhe pelas Freguesias, investindo em projetos que ambas as partes considerem importantes, pertinentes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

as comunidades, que promovam, projetam e alavanquem as nossas freguesias e a nosso concelho, é para isso que todos trabalhamos, somos nós quem melhor conhece o nosso território.

E é neste sentido que aproveito esta intervenção para, em nome das freguesias, relembrar a importância da atualização dos valores a transferir no âmbito do processo de descentralização de competências.

Com uma expectativa criada pelo Sr. Presidente em abril de 2022, ou seja, há um ano, as diferentes Freguesias continuam a aguardar pelo início do processo de negociação com vista a garantir que essa atualização, e tenha efeitos nos orçamentos de 2024.

É sabido que o aumento generalizado dos preços das matérias-primas e produtos, acrescido de atualizações salariais significativas, a necessidade de contratualizar prestações de serviços, limita, em muito, os orçamentos das freguesias, incapacitando-as e fragilizando-as na sua ação, enfraquecendo o seu papel.

Os apoios extraordinários, apesar de bem-vindos, não podem ser uma regra.

As freguesias pretendem respostas estruturais, que lhes permitam delinear os seus planos de atividades, as suas estratégias. As freguesias não podem desenvolver os seus projetos autárquicos com indefinição.

As Freguesias não pretendem andar de chapéu na mão.... uma expressão que o Senhor Presidente já utilizou.

Já por várias vezes este tema foi discutido neste fórum, ora pela apresentação de Moções da iniciativa do SEMPRE quer, inclusive, através de uma recomendação do Partido Socialista. Sabendo que a data limite para comunicar novos valores é 30 de junho, apenas temos 2 meses pela frente para poder ter um trabalho que se quer sério, construtivo, transparente, justo e amadurecido de forma a resultar num processo em que a duas partes (Municípios e Freguesias) possam sentir que foi bem conseguido.

Senhor Presidente, pelos menos os Presidentes de Junta do SEMPRE estão disponíveis para começar este trabalho já.

A bem do Concelho. A bem das nossas populações.

Obrigado.

Sandra Maria Duarte Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo) –

Nos dias 25 e 26 de março, a Feira da Vinha e do Vinho regressou à Freguesia de Salgueiro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Campo. Apesar de ser nos mesmos moldes e no mesmo sítio, tentamos dar um novo corpo. Tivemos quarenta stands, dos quais, onze eram da própria aldeia. Tivemos stands de várias Freguesias do nosso Concelho e Distrito, tais como, Sarzedas, Freixial do Campo, Juncal do Campo, Casal da Serra, Sto. André das Tojeiras, Monsanto, Idanha-a-Nova, Pousafoles, Ninho-do-Açor, Cafede, Proença-a-Velha, Tinalhas, Louriçal do Campo, Tortosendo e Castelo Branco, nunca tivemos tantos e tão diversificados.

Tivemos também um passeio pedestre com duzentas pessoas, nunca tivemos tanta gente.

Tivemos restauração que nunca tivemos, também uma comunidade estrangeira que integrada, nos ajudaram com stands e também na parte da restauração.

Nestes dois dias tivemos muita gente que nos visitaram e com isso ajudaram a economia local.

Estiveram 29 produtores locais que doaram o seu vinho, mais de trezentos litros de vinho de excelente qualidade, encorpados, suados, frutados para todos os gostos e para todos degustarem sem custos.

O balanço da feira, posso dizer com agrado e orgulho das gentes da minha Freguesia que foi um sucesso, mas na minha forma de ver o sucesso, não é só de uma pessoa, deve ser partilhado com todos os intervenientes e, assim, aproveito, neste momento, publicamente, para agradecer à Câmara Municipal, aos funcionários da Câmara que ajudaram para que tudo funcionasse bem. Agradeço também à empresa de montagens, foram incansáveis para transportar todas as dificuldades. À Proteção Civil, GNR, funcionários da Junta de Freguesia e a todos os que participaram. Uma pessoa faz a diferença, mas todos juntos fazemos mais.

A minha gratidão em meu nome, e em nome do Executivo da Junta de Freguesia e todos os que tiveram presentes. Estes eventos só engrandecem as aldeias, dão vida, reforçam laços e mostram as nossas tradições, identidade e costumes.

Vou acabar apenas com uma frase que me segue desde que sou Presidente da Junta de Freguesia: as aldeias não podem e nem devem morrer, todos temos que lutar pela nossa identidade, tradições e costumes porque todos fazemos a diferença e somos únicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

São todos bem-vindos à minha Freguesia porque somos gente de coração grande, gente que sabe receber e não se preocupem que ainda há muito vinho.

Orlando Almeida Vicente (S-MI) - Há 827 mil cuidadores informais em Portugal. Mais de metade não recebe qualquer apoio. Estão “sozinhos, exaustos” e desinformados.

Falta de apoio causa “sofrimento” físico e psicológico, sendo que a esmagadora maioria dos cuidadores informais deixa de cuidar de si para cuidar de outra pessoa, e não têm acesso a informação adequada.

Mais de 85% não beneficiam do estatuto do cuidador informal e uma percentagem ainda maior, 93,5% não usufrui de serviço de descanso do cuidador, que está previsto no estatuto, que prevê a possibilidade da pessoa que cuida beneficiar de um período de descanso anual, sendo a pessoa a cargo acolhida temporariamente numa unidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Nacional, quer por desconhecimento da medida, ou porque a mesma não lhes foi proposta pelas entidades competentes.

Uma caracterização sociodemográfica dos cuidadores informais revela que 80% cuidam de uma pessoa e são maioritariamente mulheres, 92%, tendo em média 57 anos de idade.

Atravessamos um momento de grande dificuldade, decorrente dos efeitos económicos da inflação, que aumentou consideravelmente as despesas das famílias;

Que esta Câmara tem tido uma perspetiva de apoio às famílias, nomeadamente no pagamento de creches e refeições escolares;

Que, infelizmente existem pessoas dependentes de cuidados e que não são assistidos através de instituições, mas sim por pessoas próximas;

Que o apoio dado por pessoa próxima, cuidador informal, prejudica a família em termos sociais e muitas das vezes, também em termos de rendimento.

Que em 2019, foi aprovado o estatuto do cuidador informal, através da Lei 100/2019 de 06 de setembro, estando por isso, definidas as condições que estabelecem o cuidador informal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Que na sequência da legislação atrás referida foi, entretanto, criado o Movimento cuidar dos cuidadores informais, que foi a génese do RACCI - Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais a qual teve a adesão de cinquenta autarquias, sendo que 24 delas já ostentam selo de mérito.

Mirandela, Vila Verde, Esposende, V. Nova Famalicão, Trofa, Lousada, Gondomar, Gaia, Marco de Canavezes, Ovar, Santa Maria da Feira, Oliveira do Bairro, Cantanhede, Pombal, Coruche, Alcochete, Sesimbra, Almada, Loures, Arruda dos Vinhos, Oeiras, Cascais, Odemira, Tavira.

O SEMPRE – Movimento Independente, apresentou uma moção para apoios aos cuidadores informais em setembro do ano passado.

Passados sete meses a realidade atrás descrita está ainda mais evidente, pelo que se questiona o Senhor Presidente da Câmara sobre medidas acerca desta realidade.

Assim, reitera-se que o Município de Castelo Branco, desenvolva os procedimentos necessários, com vista a apoiar os cuidadores informais, reconhecidos pela Segurança Social, residentes do concelho de Castelo Branco, através de um subsídio mensal, correspondente a 50% do apoio concedido pela segurança social.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS) – António Ramalho Eanes viu no âmbito das comemorações dos 252 anos de cidade de Castelo Branco, o seu nome ser atribuído a uma avenida desta mesma cidade. O Senhor Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues assumiu em nome dos albacastrenses esta sentida homenagem ao Chefe de Estado que em muito nos revemos. António Ramalho Eanes um dos obreiros do regresso de Portugal à Democracia, com o 25 de Abril soube conduzir os desígnios do país repetidamente em 1976 e 1980 quando da sua eleição à Presidência da República.

Alcainense, estudou em Castelo Branco, formou-se na Academia Militar, promoveu o regresso à Democracia em Portugal, foi Presidente da República em 2 mandatos consecutivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

António Ramalho Eanes não aceita facilmente honrarias quando são vãs e recusou a promoção a Marechal no ano de 2000. Mas sou testemunha de que tem aceite com simplicidade e apego às suas raízes os tributos que lhe são prestados em Castelo Branco ou na sua terra natal.

Afastado da vida política ativa, o General Ramalho Eanes mantém-se conselheiro de Estado participa na vida cívica e cultural especialmente em conferências tanto em Portugal como no estrangeiro com o devido reconhecimento.

É para todos uma honra sentir que a cidade de Castelo Branco sabe valorizar aqueles que daqui saíram para o mundo fazendo jus ao seu valor.

Esteve muito bem o Município de Castelo Branco que assim atribuiu para inscrever numa rua da nossa cidade o nome deste ilustre concidadão.

Felicitações ao Senhor Presidente, Leopoldo Rodrigues e felicitações ao Executivo Municipal.

Disse.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras) -

Nas freguesias trabalhamos diariamente com as pessoas e para as pessoas. As pessoas estão no centro do processo de desenvolvimento integrado, sustentável, de solidariedade, de justiça e igualdade social, que são a razão de ser da política do poder local.

Não investir nas freguesias é deixar de investir nas pessoas que cá moram, e sem pessoas não há vida, e não havendo vida nada funciona. Sendo eu autarca de freguesia desde 1998, e tendo decorrido um ano e meio deste mandato, a análise ao atual executivo municipal **demonstra um forte desinvestimento e um forte desinteresse pelas freguesias.**

Desde logo na **elaboração dos orçamentos municipais** onde se nota que algumas freguesias não são contempladas com investimentos, bem como não está acautelada a gestão corrente do dia-a-dia das freguesias.

Por outro lado, são aprovadas moções no executivo municipal e na Assembleia Municipal e a Câmara Municipal parece não lhes dar nenhum seguimento.

Gostaríamos, e estamos disponíveis para manter uma parceria ativa com a Câmara Municipal, no sentido de juntos podermos delinear um conjunto de projetos integrados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

geradores de riqueza, manter e criar condições de bem-estar à população. Para que isto aconteça é necessária haver uma vontade comum....

Lamentavelmente, vemos pouca concretização por parte da Câmara Municipal. Deixo a título de exemplo:

- a) a **manutenção dos caminhos florestais** que anualmente se realizava e muito contribuiu para a defesa da floresta, em 2022 nada foi realizado e em 2023 até agora nada foi realizado;
- b) os **abrigos de passageiros dos transportes públicos** foram destelhados pelo Município à cerca de um ano e meio, com a promessa de serem substituídos ou requalificados e até agora nada foi feito, continuam sem telhado;
- c) - o **programa da aldeia segura e pessoas seguras**, fomos contactados para realizar pelo menos uma ação durante o mês de abril, o que também não se verificou;
- d) - **As moções aprovadas na Assembleia municipal:**
 - i) - atualizar os recursos financeiros atribuídos que visam garantir a assunção das competências concretizadas através dos autos de transferência, ao abrigo do Decreto Lei nº 57/2019 de 30 de abril, de forma a que os valores sejam refletidos nos orçamentos das Freguesias em 2024;
 - ii) - a instalação de Multibancos nas Freguesias, e assunção dos encargos de manutenção de todos os Multibancos instalados e a instalar.
 - iii) - o reforço das verbas às freguesias no imediato

... nenhuma destas deliberações foram tidas em consideração;

A título de exemplo referir dois assuntos que dizem diretamente respeito à freguesia da qual sou presidente, Santo André das Tojeiras:

1. Em 2022 apresentámos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um projeto inovador para **Tornar a freguesia ainda mais amiga do ambiente e contribuir para minimizar o risco de incêndio**. O que é isto? ... Basicamente é comparar um trator e um bio triturador para destruir os sobrantes das podas agrícolas, o equipamento passa pelas várias localidades e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

deixamos de nos preocupar com as queimas e tudo o resto que lhes diz respeito, o qual contribui para a descarbonização do planeta mas **sobretudo para a defesa da floresta contra incêndios** e para a proteção das pessoas e dos seus bens. No início de setembro de 2022, em Santo André das Tojeiras o Sr. Presidente da CM publicamente deu o aval ao projeto. Já tínhamos enviado a documentação e foi-nos solicitado para enviar outros documentos complementares, que enviámos... Senhor Presidente agradecemos a concretização urgente deste projeto.

2. **A destilaria comunitária**, construída segundo os elevados parâmetros de respeito pelo ambiente, que se afigura como um bom projeto para a freguesia para o concelho e para a região, **que poderá ser um projeto inovador ao nível da fileira do medronho** em Portugal, tendo em conta as várias aplicações do fruto, e que com toda a certeza contribui para gerar riqueza. De cada vez que a Junta de Freguesia aborda o Sr. Presidente a resposta é que o processo está entregue ao Sr. Chefe de Divisão de obras Municipais. **A população não compreende o desinteresse da Câmara Municipal em não dar início de laboração ao equipamento.**

O que dá a entender é que a **Câmara não funciona, há dificuldade de comunicação com as Juntas de Freguesia**, ou pelo menos com algumas, a Câmara não responde às solicitações enviadas pelas freguesias, ou pelo menos a algumas, nem resolve a maioria dos problemas existentes nas freguesias.

Poderá não se tratar de má vontade do Senhor Presidente, contudo solicita-se que esclareça aqui o que pretende concretizar, e quando, bem como o pensamento de V. Ex.^a para as freguesias.

Christelle Varanda Domingos (PS) - A Feira da Vinha e do Vinho, Festival de Foles – Sopro do Acordeão, Mercadinho da Páscoa, Feira do Porco e Enchidos e Mercadinho da Criadilha. 5 eventos, 2 meses. Poderia aqui alargar esta amostra ainda a tantas outras atividades que também ocorreram no mês de março e abril, mas cinjo-me a estas apenas com o objetivo de transparecer a vitalidade, a criatividade e o dinamismo que organizações desta natureza e em tão curto espaço de tempo exige de toda esta estrutura camarária.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E ainda, de todo um investimento que não se deve nunca menosprezar e que se assume como essencial não só para a vitalização das freguesias rurais e do comércio tradicional, como de toda a promoção da economia e turismo do território. Investimento tantas vezes invisíveis aos olhos de muito e a curto prazo, mas que concorrem para aquilo que é a afirmação da nossa marca e de tudo aquilo este território nos proporciona ao nível da nossa qualidade de vida.

É esta maior consciencialização e exigência quanto à qualidade de vida da população e no seu conseqüente bem-estar, que se tem procurado investir na diversificação de ofertas adaptadas ao mundo e aos dias de hoje. Inaugurado no passado dia 20 de março e situado no antigo edifício do Cibercentro, o *Study and Work Center* de Castelo Branco registou, no seu primeiro mês de funcionamento, 899 utilizadores, tendo-se revelado uma aposta certa do presente executivo.

A adaptação deste espaço, com novas valências, para centro de estudos foi a resposta encontrada pelo Município às necessidades urgentes de muitos estudantes, sobretudo do ensino superior, que careciam de um espaço para estudar, com acesso permanente 24 horas, dando nova vida a um equipamento municipal já quase inutilizado.

No primeiro mês, usufruíram do espaço 326 estudantes, por existirem aqui as valências adequadas ao estudo e à realização de trabalhos de gravações ou filmagens em estúdio com régie. Futuramente, terão ainda ao dispor cabines com isolamento acústico para a prática de instrumento.

No que concerne ao espaço de Coworking, 136 trabalhadores e oito investigadores permanentes usufruíram desta valência, tendo sido ainda a sala de reuniões requisitada por 35 pessoas.

Neste período, acresce ainda a utilização do espaço para outras dinâmicas, por 253 pessoas. Dada ainda a elevada procura do espaço e para uma maior estabilidade do acesso, o Município tem em curso a alteração da rede wifi, uma vez que a cablagem existente, já antiga, carece dessa atualização.

Em curso, está também o reforço de um sistema de vigilância, que venha proporcionar maior segurança aos utilizadores e que contribua para um melhor funcionamento do equipamento.

Minhas senhoras e meus senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os tempos exigem muito de cada um de nós e exige particularmente de quem tem o dever de liderar os desígnios do nosso território. Só uma exigência permanente naquilo que foi apresentado no programa do Partido Socialista há 1 ano e meio atrás, pode contribuir para aquilo que todos nós ambicionamos: a melhoria contínua deste território e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Que se mantenha esta força de mudança para preparar um caminho que permita a adaptação do território e do nosso concelho, aos desafios do mundo de hoje.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM) - Nascido a 20 de fevereiro de 1936, na Zona Histórica da cidade de Castelo Branco, António Salvado é uma referência da cultura do nosso concelho e do país.

Poeta notável, autor de mais 80 títulos, António Salvado foi também ensaísta, crítico, antologador, tradutor, diretor de publicações, tendo colaboração poética em antologias, revistas e suplementos literários.

António Salvado viveu e sentiu Castelo Branco. Investigou a sua história como poucos o fizeram, a sua geografia territorial e humana, compreendeu a essência da cidade e das suas freguesias.

A sua vida e obra notáveis, transportam e elevaram o nome de Castelo Branco a nível nacional e internacional.

Obteve várias distinções de que se destaca e comenda da Ordem Militar de Ant'Iago da Espada atribuída, em 2021, pelo conjunto da sua obra poética ou medalha Fray Luís de León de Poesia Iberoamericana, em 2021.

Por tudo o que António Salvado significou, significa e significará para todos os albicastrenses e para o concelho, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 28 de abril de 2023, recomenda a atribuição do seu nome à Biblioteca Municipal de Castelo Branco.

José Dias Pires (PS) – Meio século de valores socialistas. Cinquenta anos de responsabilidades e cinco décadas de compromissos. Sinto muito orgulho de pertencer ao PS e de ter participado neste seu percurso que agora celebra.

Há cinquenta anos, por esta altura do ano, vivia eu de dia os meus primeiros tempos de professor que procurava ser diferente e afirmativo na escola de um regime opressor, fechado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

cinzento. Depois pela noite resistia no centro de alfabetização de Castelo Branco contra o alfabetismo dos mais velhos que não tinham podido ir à escola e que o poder vigente condenava ao esquecimento. Ao mesmo tempo participava na Assembleia de Castelo Branco em atividades associativas que incomodava os poderosos da nossa comunidade e aprendia com os resistentes mais velhos, os valores da liberdade e da democracia pelos quais nos devíamos obrigar a lutar.

Em dezembro de 1973, em conjunto com mais alguns amigos, entre eles, o meu amigo irmão Joaquim Leonardo Martins, desafiado pelo saudoso Manuel João Vieira, fomos desafiados para aderir ao PS. Contudo nessa época era clandestino, sabíamos pouco do percurso do PS desde a sua fundação, mas conhecendo bem quem o fundava, não tínhamos dúvidas que se defenderia inequivocamente a Democracia e se procuraria através do socialismo democrático encontrar as soluções dos problemas nacionais e em resposta às exigências sociopolíticas do mundo que nos rodeava.

Nessa altura, tal como hoje, ser socialista era ser-se herdeiro e representante do grande movimento social e político que a partir dos meados do século XIX conduziu por sociedades mais justas e solidárias.

Nestes cinquenta anos, o PS acompanhou e promoveu com base ideológicos, sindicais e políticos contra o fascismo e o totalitarismo, pugnando sempre pela instauração e consolidação da Democracia de uma sociedade de direito e com direitos.

No PS, a matriz que nos determinava desde a nossa fundação continua a ser a mesma. Estar identificados com a resistência de ditaduras, a populismos e a figuras providenciais e obrigados a contribuir para a construção e manutenção de uma democracia pluralista e socialmente avançada e igualitária.

Liberdade, fraternidade, solidariedade, justiça, igualitarismo e coesão social, todos enriquecidos pela defesa que deve ser intransigente do pluralismo de ideias e das opiniões democráticas, são conceitos de práticas que nos estruturam e comprometem desde sempre que não queremos esquecer. Tem sido difícil e por vezes conturbado o caminho porque as opções ideológicas, não são questões meramente formais, exigem conhecimento, fundamento e critério e nem sempre isso acontece.

Ser socialista é no caso particular do PS português desde o primeiro dia saber assumir a condição e a convicção de que é ser-se republicano e laico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em suma, ser militante do PS é combater o individualismo, caciquismo, o populismo, a xenofobia e o saudosismo autocrático através de convicções e contra todos os palavrosos convencimentos para defender e promover o estado secular e social, onde o poder do Estado é oficialmente imparcial em relação a questões religiosas, não apoiando, nem se opondo a nenhuma relação, a nenhuma religião dando azo a uma organização política, económica e sociocultural que coloca o Estado como agente de promoção social, organizador da economia e obrigatoriamente regulamentador da vida política, económica e social do país, sempre em interação participativa com as pessoas de forma a garantir os serviços públicos e a proteção à população prevejam a dignidade comunitária.

Nestes cinquenta anos assistimos a uma evolução tremenda da sociedade mundial e em particular da sociedade portuguesa e da comunidade concelhia albicastrense.

Aqueles que através do PS tiveram e têm o privilégio e a responsabilidade de participar ativamente nas instituições políticas, especialmente nas autárquicas, sabem que apesar da permanente vontade de não falhar, erraram algumas vezes, mas acertaram muitas mais e isso é visível na obra feita no país e aqui na nossa comunidade, importa e será sempre este o nosso compromisso, saber e crer aprofundar o positivo e procurar obviar a repetição do negativo na mais profunda convicção de que não somos exclusivos detentores da verdade.

Tenho muito orgulho em pertencer ao PS.

Catarina Isabel Romão Proença (S-MI) – A minha intervenção irá ser breve e objetiva, focada na moção já discutida em reunião sobre o serviço de caixas automáticas da rede de multibancos nas freguesias do nosso concelho. A nossa pergunta centra-se no ponto de situação da mesma. Há evolução ou estagnação na implementação deste serviço?

Queremos aqui realçar com esta questão, a importância da brevidade da implementação e da disponibilização da mais valia que tanto anseiam as pessoas das nossas freguesias.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS) - Um Orçamento compreende a previsão de receitas e despesas futuras para um determinado exercício. Encontrando-se assim a execução orçamental desde logo condicionada à realidade efetiva nesse período, à conjuntura.

Ora, em 2022 a execução orçamental foi sobretudo condicionada pela conjuntura e dificuldades que se vivem na área da construção civil. Saliente-se aliás, que esta tendência decrescente na execução se iniciou em 2020 (veja-se gráfico 12, página 25 do relatório de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

gestão), concomitante ao início da pandemia, mantendo-se e agravando-se em 2022 com as implicações também decorrentes do contexto resultante da guerra que teve o seu início em fevereiro desse ano.

Por outro lado, a nossa autarquia não é certamente uma ilha imune quer à inflação que chegou em dezembro de 2022 aos 9,6% e ao aumento dos preços de energia, gás, combustíveis, matérias-primas, produtos alimentares e outros bens e serviços.

Destacamos que só a despesa referente a eletricidade, sofreu um aumento de 2 473 539,63 €, somando a esta, o aumento da despesa referente a gás, combustíveis e água, atingimos um valor superior aos três milhões de euros.

Houve um acréscimo dos gastos no montante total de 5.911.578,95€, essencialmente nas rubricas de fornecimento e serviços externos e transferências e subsídios concedidos, entre os quais podemos destacar o aumento dos concedidos às freguesias e às entidades sem fins lucrativos.

Nas Transferências e subsídios concedidos, destacamos a subconta Instituições de âmbito Social que regista um aumento de 606.484,77€, a subconta– Instituições de âmbito Educativo com um aumento de 528.903,90€ e a subconta– Freguesias, com um aumento de 339.767,87€.

Importa ainda ter em conta o impacto nas contda medida de devolução de IRS que representou menos -1 212 557,00 €.

Do exercício de 2022 foi apurado um resultado líquido negativo no valor de 5.451.193,81€.

Mas, mais que fazer deste número parangona de jornais ou cartaz vazio, é preciso compreender ou pelo menos querer compreender as suas causas. Tendo o município colocado em primeiro as necessidades da comunidade, das pessoas.

Este resultado negativo não coloca em causa a estabilidade financeira da autarquia, mantendo margem financeira necessária para corresponder às necessidades da comunidade.

O Município encerrou o ano com saldo positivo de gerência superior a um milhão de euros.

Joaquim Manuel Faustino (PS) - Bom dia Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara, nas Vossas pessoas cumprimento todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No ano de **2022** a CPCJ de Castelo Branco, trabalhou **269** processos, dos quais **132** transitaram do ano de 2021.

Foram instaurados **128 novos processos**, mais **6** processos transferidos de outras CPCJ e também 3 processos foram transferidos para outras Comissões, por serem territorialmente competentes.

Acresce a estes números as diversas diligências efetuadas no âmbito de pedidos de colaboração de outras CPCJ.

No corrente ano e à data de 27/04/2023, foram instaurados **58 novos processos**.

No ano 2022 as entidades que mais enviaram sinalizações a esta CPCJ foram as autoridades policiais (GNR e PSP), seguindo-se os Estabelecimentos de Ensino e o Ministério Público.

Reportando-nos ainda ao ano 2022, a problemática com maior incidência foi a **violência doméstica**, com 66 processos, seguindo-se a **negligência** com 52 processos e **absentismo escolar** com 51 Processos.

Também de referir que as faixas etárias mais proeminentes nestes processos foram jovens dos 15 aos 17 anos, seguidos de jovens na faixa etária entre os 11 e os 14 anos e finalmente crianças na faixa etária entre os 0 e os 2 anos.

Quanto à medida mais aplicada por esta Comissão é a "Medida de Apoio junto dos Pais".

A Comissão alargada é composta por **15** elementos, dos quais **5** pertencem à Comissão restrita – que gere os processos, estando **4** destes elementos a tempo inteiro.

Parcerias: Câmara Municipal, Segurança Social, Autoridades policiais, Ministério público, Agrupamentos de Escolas, Ministério da Saúde - ULS de Castelo Branco, IPSS, etc..

A CPCJ promove vários eventos. A destacar: Fórum “*Encontros e desencontros entre famílias*”, realizado a 5 de abril na Biblioteca Municipal e Os Colóquios sobre “*Saúde Mental em*

Crianças e Jovens”, realizado em 21 de abril no IPDJ.

Discussão das Moções

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Devo dizer que não reconheço o valor do poeta albicastrense António Salvado, do qual, fui aluno e colega. Acompanhei até quando estava no estrangeiro tudo aquilo que foi a sua evolução. Sei e reconheço a sua parte de valor como poeta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ensaísta, contudo, não ficaria bem da minha consciência após o desafio do dia 20 de março, no Dia da Cidade, ao Senhor Presidente da Câmara e foi a proposta, que a Biblioteca Municipal se chamasse Faria de Vasconcelos.

Meus caros amigos, as personagens às vezes quando estão no longínquo tempo histórico vão se perdendo porque se vão esvaziando. Não vale a pena aqui recordar quem tem mais mérito, ou menos mérito, se é por galardões nacionais, Francisco Viera de Almeida, merece. Foi aquele que foi mais galardoado e até mesmo pelo que apresentaram aqui, o Grupo Municipal Socialista por Mário Soares. Foi ele, Mário Soares que o desafiou para ser mandatário nacional da campanha de Humberto Delgado. Mas, há muitos mais e por isso, reflito aqui que a missão de uma biblioteca é numa abrangência porque ela dá e envolve cultura. Podemos aqui discutir o que entendemos por cultura e aquilo que gera a cultura, mas também gera a Educação, gera formação. E por isso quando se designa e se propõe alguém em termos de personalidade, tem que ter essa grande abrangência, mesmo que seja alguém que já lá ficou no tempo remoto do passado.

Não ficaria bem na minha consciência, não sei porque é que apresentaram, penso que deveria ser uma discussão muito mais alargada porque quando se atribui e por esse país fora, bibliotecas a alguém, é verdade que a maioria até são poetas, mas isso até fica bem porque a natureza poética, não da poésis grego, mas a formação poética do português parece que tem essa tendência.

Mas nós, se é aquilo que ouço aqui de boca cheia, muitos dos presentes, devemos encontrar alguém que seja com esse perfil não só nacional, não só local, mas internacional de reconhecimento.

Por isso não me revejo nesta proposta e não ficaria bem porque a minha proposta no dia 20 de março era que a Biblioteca ficasse com o nome de Farias Vasconcelos.

José Dias Pires (PS) – Quero em primeiro lugar, dizer que o Grupo do PS adere com júbilo à proposta do PSD/CDS/PPM.

E, quero dizer, parece uma contradição que concordo discordando do meu amigo Ernesto Candeias Martins. Concordo com a importância da figura que propôs para dar nome à Biblioteca Municipal. Mas, discordo da relevância comunitária que essa mesma figura tenha tido na relação da comunidade albicastrense.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

António Salvado para além de poeta, ensaísta, Diretor de Museu, professor, cidadão empenhado, homem de causas, de causas nacionais e internacionais, nomeadamente, uma das que é pouco conhecida em relação à multiculturalidade ao trabalho da recuperação da cultura das tribos indígena do Brasil.

António Salvado foi, é e será um valor extraordinário da língua portuguesa, não só da língua albacastrense porque a sua língua, a sua capacidade de comunicar, a sua criatividade, a sua obra de poeta ajudou-nos a saborear as palavras todas e a recriar os recantos de aconchego, onde as nossas mãos chegam sempre acompanhadas.

O António Salvado morará sempre, onde mora a nossa língua, a língua portuguesa inteira no mapa onde a imaginação descansa e não sossega.

António Salvado, o poeta albacastrense, a quem se propõe ser o nome para a Biblioteca Municipal de Castelo Branco, é uma pessoa que na nossa língua ficará sempre pleno em luz.

Portanto, António Salvado merece esta homenagem, este apoio, este reconhecimento e esta dignificação do seu trabalho, da sua pessoa na comunidade albacastrense.

Joaquim Manuel Faustino (PS) – É só para lembrar que Faria Vasconcelos já tem um edifício público com o seu nome.

Votação da Moção

Moção (PSD/CDS/PPM)

Biblioteca Municipal António Salvado

Aprovada, por maioria:

- 39 votos a favor:

- . 18 GM do PS
- . 15 GM do S-MI
- . 4 GM do PSD/CDS/PPM
- . 2 GM do CHEGA

- 1 Abstenção:

- . 1 GM do MPT



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal – Segui atentamente as intervenções aqui produzidas pelos diferentes intervenientes e algumas narrativas que sinceramente carecem de ser esclarecidas.

A primeira narrativa que gostaria de esclarecer, tem a ver com um investimento da Câmara Municipal nas Freguesias e Uniões de Freguesias.

Mostro-vos em excerto do plano de atividades do Município para três anos apenas que já aqui foram referidos, mas parece que se esquecem.

Em 2019 apenas estavam previstas, em termos das GOP- Grandes Opções do Plano, no Plano de Atividades para este ano uma intervenção, na Freguesia de Louriçal do Campo, reconstrução e adaptação da Colónia de Média Altitude.

No ano de 2020, ano seguinte, estavam apenas previstas em termos de GOP quatro intervenções, uma em Alcains, duas em S. Vicente da Beira e mais uma vez, uma no Louriçal do Campo e mais uma vez a reconstrução da Colónia de Média Altitude.

No ano de 2021, caras e caros Membros da Assembleia Municipal, estavam previstas seis ou sete intervenções nas GOP, mais uma vez a requalificação da Colónia de Média Altitude, fomos aqui acusados de dar pouca atenção à Colónia de Média Altitude, mas afinal esteve inscrita em três exercícios orçamentais e nunca foi alvo de nenhum objeto e de nenhuma intervenção e depois mais algumas intervenções, nomeadamente, nos Cebolais e Alcains, etc.

Em 2022, o Executivo que lidero introduz em termos de GOP, onze intervenções e não vou ter aqui tempo para discriminar todas as obras e intervenções previstas nas freguesias para o ano de 2023 porque elas ocupam o final da primeira página, a totalidade da segunda e uma parte significativa da terceira parte.

Mas, mais do que isso, vamos falar de transferências para as freguesias. Falemos das transferências de 2022, o Executivo que tenho a honra de liderar transferiu para as freguesias em 2022, novecentos e sessenta e dois mil e sessenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos. Transferiu mais, relativamente a 2021 quatrocentos e quarenta e três mil euros. Portanto, ainda acrescento já no ano de 2023 foram celebrados e transferidos para as freguesias ou celebrados acordos com as freguesias no valor de duzentos e catorze mil e sessenta e oito euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, quero dizer que o Executivo Socialista em exercício não dá atenção às freguesias e não tem consideração pelas freguesias, é uma falácia e é estarmos a trabalhar de má fé. Efetivamente, estamos a trabalhar com as freguesias, estamos a trabalhar para as freguesias e estamos a trabalhar com aqueles que vivem nas freguesias.

Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins, apresenta aqui 3 conjuntos de questões que considero pertinentes. O primeiro conjunto de questões relativos à habitação. Foi-nos entregue recentemente os documentos a discussão nesta Assembleia, mas previamente na Câmara Municipal que é o documento para a estratégia local de habitação.

Pode dizer Senhor Deputado, já vamos tarde. É verdade Senhor Deputado. Muitos no final de 2021 já tinham este documento feito, aprovado e em execução. Ainda assim, foi aquilo que este Executivo teve possibilidade fazer num ano e meio que tem em exercício, dar início a um processo de regulamento que agora tem condições para apresentar.

Depois Senhor Ernesto Candeias Martins faz uma referência à época difícil dos incêndios, estamos todos preocupados e vigilantes com esse período. Ainda ontem tive oportunidade de realizar aqui mesmo na Câmara Municipal uma reunião com a Comissão de Proteção em que este foi um dos assuntos centrais. Tenho conversado com o Senhor Comandante dos Bombeiros e também com o Senhor Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco e com Senhor Coordenador de Proteção Civil Municipal tem tido uma atenção direcionada para esta questão estando em desenvolvimento um conjunto de ações.

Iniciamos este mês a limpeza das faixas primárias e secundárias após termos celebrado acordos com as associações florestais e estou convicto que de acordo com aquilo que está planeado se cumprirá o objetivo de termos esta intervenção concluída até final do mês de maio.

Relembro Senhor Deputado que este ano de 2023, é um ano que teve alguma pluviosidade no inverno, mas sobretudo neste ano de 2023 e que levou a que nascesse muita erva, sendo que nesta altura, alguma dela ainda está muito verde, apesar disso, acreditamos que já estamos em condições para fazer essa limpeza para podermos a esse nível fazer a prevenção. Mas, fizemos mais, acredito, com empenho como é habitual dos Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias. Recebemos um conjunto de sinalizações, se não estou em erro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

170 sinalizações, tenho aqui presentes os números que ainda ontem foram discutidos para limpezas de propriedades. Tenho aqui 62 sinalizações, foram reportadas pela equipa de ambiente e da GNR. Nós, através do nosso Gabinete de Proteção Civil enviamos as mesmas para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que com os seus conhecimentos do terreno, as populações têm maior capacidade de intervir junto dessas populações para que os proprietários possam ser avisados e sensibilizados para esta intervenção. Nos próximos dias provavelmente, teremos mais notícias acerca deste desígnio que é de todos nós, da defesa da floresta e da prevenção dos incêndios.

Também tive oportunidade de o fazer numa iniciativa do IPCB que decorreu na Escola Superior Agrária, também para refletir acerca deste tema e alertar para esta questão dos incêndios e da prevenção acerca dos mesmos.

No que diz respeito à água, ainda não temos uma carta de água, ainda não começamos a trabalhar numa carta de água, mas estou disponível Senhor Deputado para conversar consigo acerca disso e poder acolher as suas sugestões se também tiverem interesse em o fazer.

A Senhora Deputada Maria da Conceição Pereira, do CHEGA, falou aqui de bebedouros e da falta de bebedouros e trás uma sugestão para instalação de bebedouros nos locais mais utilizados pelas caminhadas. Parece-nos uma boa sugestão, não sei se temos condições para o fazer em virtude da rede de água que passa ou não por esses locais, mas queria também aproveitar esta ocasião e a sua sugestão para fazer aqui um apelo de sensibilização. A cidade não está totalmente descabida de bebedouros, temos alguns bebedouros na cidade, alguns localizados no centro cívico da cidade e, infelizmente, nem sempre estão a funcionar porque alguns deles vão sofrendo alguns atropelos para não dizer outra coisa que acabam por levar à sua inviabilidade. O apelo que faço é para que tenhamos respeito por aquilo que é de todos, por aquilo que pagamos, por aquilo que sai dos orçamentos nacionais e municipais. Aproveito ainda para dizer que recentemente falamos em novos ecopontos aqui no centro cívico da cidade e que é preciso também, relativamente, à utilização desses ecopontos, ter uma atitude cívica responsável porque eles têm três metros cúbicos de capacidade, estão impermeabilizados, ou seja, não permitem que haja derrame de fluídos ou outros para o terreno e pelo menos nos primeiros dias, mas também isto faz parte da aprendizagem, não foram eficientemente utilizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Todos devemos dar o nosso contributo e ter em atenção aquilo que é de todos e cuidar daquilo que é de todos.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, fala-nos sobre o Parque Natural do Tejo Internacional e da Comissão de Cogestão. É um assunto pertinente, sei que na semana passada ou já esta semana se realizou na freguesia de Monforte da Beira uma reunião da Comissão, sei que teve a participação dos habitantes da freguesia e também com intervenção muito positiva por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Aquilo que queremos Senhor Presidente é que estas Comissões e estes Parques e estas áreas de intervenção sejam de facto promotores de desenvolvimento. Não queremos outra coisa. Sempre defendi e sempre continuarei a defender que aqueles que estão mais próximos, aqueles que conhecem melhor e aqueles que têm cuidado há muito tempo devem ter a sua intervenção e devem ser chamados a dar os seus contributos. Não sei, sinceramente não lhe posso dizer se está previsto nesta Comissão que é uma Comissão restrita, a participação dos Presidentes de Junta, se estivesse prevista, eles estariam lá e não sei se é possível integrar os Presidentes de Junta nesta Comissão. Penso que não, o diploma legal não prevê isso, mas o facto de não fazer parte de uma Comissão, não retira a legitimidade e não retira a capacidade de intervenção aos intervenientes locais e Senhor Presidente estaremos disponíveis enquanto a Câmara Municipal liderar esta Comissão que terminará a sua direção no final do ano, estaremos disponíveis para ouvir a si e outros intervenientes que queiram colaborar neste trabalho que é comum de desenvolvimento, mas aqui essencialmente de preservação. É de facto de preservação que se trata. E o Parque Natural do Tejo Internacional tem um valor natural como poucos locais do nosso país. A fauna, a flora, o estado quase selvagem daquele território dá-lhe um valor que temos que nos preocupar com ele, temos que nos preocupar em preservá-lo envolvendo e volto a reiterar a minha intervenção envolvendo as freguesias e os fregueses.

Já falei sobre aquilo que é intervenção da Câmara Municipal no que diz respeito às freguesias, mas queria acrescentar aqui mais uma coisa acerca disto. A Câmara Municipal nunca vira as costas às freguesias e não deixa de falar com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e está aqui explícito aquilo que é o Plano de Atividades para as Freguesias cabendo, obviamente, como sempre, também aconteceu outras intervenções no Plano de Atividades, mas estando aqui também refletidos os fortes investimentos da Câmara Municipal nessas mesmas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

freguesias. Estamos cá para em conjunto trabalhar em prol do território, do seu desenvolvimento, mas mais importante do que isso, trabalhar em prol das pessoas, dos albicastrenses e daqueles que não sendo albicastrenses aqui querem viver.

Senhor Orlando Vicente, traz-nos a questão do cuidador informal e do apoio ao cuidador informal. Felizmente, o concelho de Castelo Branco tem uma excelente rede de apoio social. Foi construída ao longo de muitos anos com a construção de equipamentos, sejam eles, de Centros de Dia e Centros de Noite, sejam também estruturas residenciais para idosos, ou estruturas de apoio ao domicílio, têm profissionais altamente profissionais e temos que também reconhecer aqui e em todo o lado, dirigentes que são empenhados que trabalham sem qualquer remuneração, voluntariado e que muito têm feito pelo desenvolvimento e pela consolidação desta rede de apoio social.

A Junta de Freguesia de Castelo Branco e à qual, a Câmara Municipal se associa, estão a organizar uma semana de reflexão e de trabalho precisamente acerca desta temática dos cuidadores informais. Tal como disse ao Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, também o digo a si, tenho inteira disponibilidade e do Executivo que lidero para conversar consigo sobre propostas, sobre caminhos a seguir e sobre estratégias a apoiar.

Senhora Deputada Cristina Granada fala aqui sobre a atribuição do nome do General Ramalho Eanes a uma avenida.

Tivemos aqui neste Salão Nobre um momento que considero único de interação com o Senhor General Ramalho Eanes. Este momento que aqui tivemos foi precedido de um almoço e no final do almoço o Senhor Presidente diz-me que gostaria de ir para a Câmara Municipal e gostaria de estar próximo das pessoas e de responder às suas questões. Foi aqui à minha frente, neste local que o Senhor General Ramalho Eanes quis estar de pé a interagir com as pessoas que estavam presentes e a responder a essas mesmas pessoas, às questões que lhe colocaram.

Estão aqui refletidas duas características importantes da figura do General Ramalho Eanes que o valorizam e que o distinguem enquanto estadista, por um lado a humildade, alguém com um currículo e com uma intervenção cívica, política e de Estado da dimensão do General Ramalho Eanes disponibiliza-se para aqui estar de pé durante de mais uma hora a falar com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

albicastrenses e com os alcainenses. Disse-lhe duas ou três vezes para se sentar, mas ele afirmou que era junto das pessoas que queria estar e é neste registo que quero estar.

Depois a dimensão do homem de Estado com a sua intervenção com as reflexões que aqui deixou e com uma intervenção carregada de emoção que acredito que muito disse àqueles que aqui estavam e àqueles que representam a cidade e o concelho. Penso que foi uma justa homenagem ao homem e ao estadista e penso que a avenida à qual atribuímos o seu nome honra Ramalho Eanes e Castelo Branco.

Sobre a destilaria já falei algumas vezes com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras. Infelizmente, aquela destilaria tem algumas dificuldades, procuraremos encontrar respostas para as mesmas, mas não será nunca, Senhor Presidente e o Senhor sabe isso, não será nunca por falta de vontade da Câmara Municipal e do seu Executivo que a destilaria deixará de funcionar. Não foram acautelados todos os condicionalismos, mas encontraremos uma solução, se calhar, não tão rápido como o senhor gostaria e eu, mas haverá de certeza absoluta uma solução.

Senhora Deputada Christelle Domingos faz aqui uma viagem sobre os últimos dois meses. É um conjunto de iniciativas, um conjunto de atividades nas freguesias, para as freguesias e para os concelhos. Foram perfeitamente explícitas na intervenção que aqui fez, mas queria deixar um registo particular no que diz respeito ao Centro de Estudos que criamos no centro da cidade. É uma reivindicação muito antiga de há muitos anos que os estudantes, principalmente, os estudantes que sendo de Castelo Branco estudam em Institutos Politécnicos no exterior fora da nossa cidade e do nosso concelho apresentavam muitas vezes esta reivindicação. Felizmente, tomamos a decisão que acreditamos ser a decisão certa, ou seja, colocar à disposição 24 horas por dia um espaço central na cidade com excelentes condições físicas e também com excelentes condições para estudar e trabalhar. Os números deste primeiro mês são bem elucidativos da escolha dessa aposta e da importância que este espaço trás para os estudantes, mas também para aqueles que aproveitam o Centro de Estudos para aí desenvolverem a sua atividade. Sei também do enorme entusiasmo do Senhor Assessor da Cultura e da Educação, Dr. Fernando Raposo no que diz respeito a complementaridade deste espaço, à inserção do mesmo, espaços para o estudo da música não incomodando os outros que estão à volta. Sei que em conjunto com a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Vereadora estão que tratar deste assunto e que em devido tempo teremos essas cabines e esses espaços para esse estudo.

No que diz respeito à homenagem, entre aspas, ao Professor António Salvado, a Câmara Municipal e bem, decidiu decretar os dias de luto em memória e honra do Poeta António Salvado. Também está em desenvolvimento o projeto para a “Casa de António Salvado”. Este é mais um contributo para a valorização do Poeta António Salvado.

Tive ocasião na véspera da tomada de posse enquanto Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, participar em convite do Poeta António Salvado e também do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Salamanca numa homenagem que lhe foi feita nessa cidade. Já não era a primeira vez que acompanhava o Poeta António Salvado à cidade de Salamanca, mais propriamente à Universidade de Salamanca onde a admiração e o carinho e a consideração dos salmantinos eram bem expressas pelas várias homenagens, mas também pela forma como acolhiam e valorizavam a obra do poeta. Ao valorizarmos António Salvado não valorizamos apenas a pessoa, não valorizamos apenas o homem, valorizamos também a sua obra, a sua obra poética e ao mesmo tempo reforçamos o papel de Castelo Branco enquanto centro cultural, dinamizador cultural de que o prémio internacional de poesia, António Salvado Cidade Castelo Branco é um exemplo da forma como o nome e a sua obra podem projetar uma cidade e um território.

Professor José Dias Pires, fala sobre o PS e não queria aqui tecer considerações sobre este assunto, sendo um assunto cívico pela importância do PS na nossa sociedade e naquilo que representa ainda assim não acrescentaria mais aquilo que aqui foi dito pelo Senhor Professor José Pires, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco.

Quanto aos Multibancos já foram instalados dois, em S. Vicente da Beira e em Escalos de Cima, não sei se já concluído o processo de instalação, embora e tenho que o dizer aqui, assumo sempre aquilo que são as minhas responsabilidades, o processo de deliberação de apoio a S. Vicente da Beira ainda não foi decidido, mas Senhor Presidente tem a nossa palavra e acredito que também a palavra dos outros membros do Executivo e da Assembleia que esse Contrato Interadministrativo, cumpra aquilo que foi o compromisso da Câmara Municipal se venha a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

concretizar. Está também numa fase final a instalação de uma caixa de multibanco na freguesia da Mata, mais propriamente na localidade da Mata.

Quanto à CPCJ, o Senhor Deputado Faustino, trouxe aqui um balanço da CPCJ, como disse, na sexta feira passada decorreu uma importante reunião da CPCJ com diversos intervenientes que têm que trabalhar em sigilo e em prol daqueles que protege, ainda assim, muito bem que o fez. Senhor Deputado é importante que os membros da Assembleia Municipal que representa tenham conhecimento daquilo que é a atividade dessa Comissão.

Bem-haja.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – O Senhor Presidente da Câmara Municipal falou aqui sobre as Grandes Opções do Plano e até apresentou uma evolução de 2019 para a frente.

Perguntava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, enfim, tem dados para nos apresentar, se não os tiver poderá ficar para uma outra oportunidade porque omitiu aquilo que é a rubrica genérica para as freguesias e aquilo que foi a evolução na rubrica genérica para as freguesias “leia-se obras” desde 2019 até ao tempo atual para podermos analisar, de facto, a falácia de forma totalmente evidenciado. Se não puder ser hoje, até porque o Senhor Presidente da Câmara já ultrapassou e concordando com esta ultrapassagem do tempo limite que o Presidente da Assembleia Municipal aqui o referiu poderá ficar para a próxima Assembleia,

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Deputado a falácia está aqui e está nas intervenções que aqui foram feitas. O Presidente da Câmara Municipal e o Executivo foi acusado de não contemplar no Orçamento intervenções nas freguesias. Aquilo que foram as Grandes Opções do Plano em que estão discriminadas e individualizadas essas opções, estão aqui todas identificadas e isto não oferece dúvidas porque, se não, o Senhor vem dar mais razão ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal porque é verdade que além destas obras que já aqui estão elencadas e identificadas poderão entrar outras obras, dando razão aquilo que sempre dissemos. Ainda há poucos dias,

disse ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira que o Movimento que o Senhor faz parte, andou a dizer que a Câmara Municipal não contemplava obras, por exemplo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

em S. Vicente da Beira, estão nas rúbricas genéricas Senhor Deputado. O Senhor vem dar razão ao Presidente da Câmara e ao Executivo que lidera.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI) – Senhor Presidente, lamento, não o pretendia enervar. Relativamente às GOP, tinha compreendido. Eu pedi-lhe informação adicional acerca da evolução da rúbrica de outra rúbrica. Portanto, em primeiro lugar, não foi minha intenção enervar o Senhor Presidente. Em segundo lugar, não queria que o Senhor Presidente voltasse a vir aqui a apresentar as Grandes Opções do Plano e aquilo que foi a evolução. Eu queria que apresentasse aqui, aquilo que foi a evolução desde 2019 para termos um termo comparativo com aquilo que foi um ano de referência, relativamente à rúbrica obra genérica – obras para as freguesias.

Mas, fica para uma próxima oportunidade.

Interrupção dos Trabalhos - 10 minutos

Reinício dos Trabalhos

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28/04/2023

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- b) **Situação financeira em 18/04/2023:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – 44.512.573,66 €
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – 3.229,01€
 - iii) **Valor em dívida em 18/04/2023** – 437,334,94 €
 - iv) **Outros:**
 - **CMCB** – Ver anexo I.
 - **SMCB** – Ver anexo II.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- c) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- d) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- e) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal – Enviámos para os Senhores Deputados Municipais um extenso relatório daquilo que foi a atividade municipal desde a última assembleia até esta semana, não irei debruçar-me sobre este relatório e sobre aquilo que está contemplado no mesmo de forma individualizada. Responderei às questões que queiram colocar.

Ainda assim, no que diz respeito às informações do Presidente da Câmara queria deixar três notas.

A primeira nota, relativa a um assunto que aqui foi trazido no Período de Antes da Ordem do Dia que o Dr. Francisco Pombo Lopes e que tem a ver com o primeiro encontro internacional das cidades recreativas que teve lugar na nossa cidade durante vários dias que como o Senhor aqui bem caracterizou, envolveu cidades de diferentes países num debate profícuo de reflexão e ao mesmo tempo de valorização do artesanato nesses países, mas também no artesanato no Município de Castelo Branco.

Foram também abordadas temáticas como o turismo e estratégias da promoção do turismo, associado normalmente ao turismo sustentável e ao mesmo tempo à importância do bordado nessa promoção do turismo.

Queria agora falar e apresentar dois projetos que a Câmara Municipal está a concluir em termos de projeto para a seguir poder passar as obras. Já tive oportunidade de o fazer na reunião pública do Executivo da última sexta-feira, a apresentação do projeto do Centro de Saúde de Alcains, ainda assim, entendo importante dar conhecimento aos membros desta Assembleia em linhas muito gerais daquilo que é a nossa proposta de intervenção em Alcains e de valorização da saúde e da promoção da saúde na Freguesia de Alcains. Portanto, alguns slides sobre o Centro de Saúde de Alcains, como já referi, mais do que alguma vez, vamos contruir o novo Centro de Saúde de Alcains num espaço ocupado até há uns anos atrás num ciclo preparatório de Alcains que como sabem esteve ao abandono durante vários anos que pretendemos valorizar e dar outra capacidade de intervenção e de servir os alcainenses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que respeita em concreto, o Centro de Saúde de Alcains, o espaço como sabem é grande, tem muita área e aquilo que vai ser o alvo de intervenção no que diz respeito ao Centro de Saúde, é espaço que está assinalado a vermelho, no espaço mais próximo da escola secundária.

Quero esclarecer que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcains questionou isso há pouco tempo porque tinha sido deliberado no anterior Executivo, a requalificação do Centro de Saúde de Alcains e tinha sido atribuído um apoio no valor de duzentos e cinquenta mil euros. Apresentamo-nos em eleições com uma proposta diferente. Entendemos e dissemos que aquilo que estava previsto nessa intervenção não resolvia os problemas de Alcains e do acesso à saúde em Alcains e dissemos aos alcainenses que a nossa proposta era construir o novo Centro de Saúde. Aquele edifício será, obviamente, direcionado para outro tipo de atividade sendo que o destino do dinheiro será resolvido entre a Administração da ULS e a Câmara Municipal de Castelo Branco.

Queria também apresentar aqui a proposta para a Unidade de Saúde Familiar, como sabem, a nossa proposta é instalar a terceira Unidade de Saúde Familiar na Avenida Nuno Álvares. Temos neste momento a funcionar uma Unidade de Saúde Familiar no Centro de Saúde de S. Miguel. Está previsto iniciar-se uma outra no Centro de Saúde de São Tiago e há uma terceira Unidade de Saúde Familiar, cuja equipa está constituída e tem condições para começar a funcionar. Aprovamos em reunião de Câmara há poucos dias o aluguer das instalações para que essa Unidade de Saúde Familiar que ainda não tem o espaço físico, possa vir a funcionar, possa ainda assim, começar a exercer a atividade e começar a trabalhar com os utentes que depois ficam sob a sua responsabilidade. Entretanto, vamos avançar com o projeto da nova Unidade de Saúde Familiar cuja proposta, ou cujo, projeto aqui deixo umas notas.

Neste momento o Senhor Presidente, fez uma apresentação com projeção da atividade da Câmara.

Não queria e não podia deixar de concluir esta minha intervenção sem falar e sem aqui trazer uma das decisões que considero mais importantes do Estado Central, relativamente, às regiões do Interior e, nomeadamente, a Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi deliberado em reunião de Concelho de Ministros há poucas semanas a criação do Tribunal Central Administrativo da Região Centro e foi deliberado que esse Tribunal se localizará na cidade e no concelho de Castelo Branco. Resulta de um trabalho que fomos realizando ao longo de vários meses em articulação com o Senhor Secretário de Estado da Justiça, Dr. Jorge Costa e também com a Senhora Ministra da Justiça que teve como concretização, ou como finalização esta deliberação em reunião de Conselho de Ministros. Consideramos esta decisão extremamente importante por várias razões porque se segue à decisão onde a Câmara Municipal de Castelo Branco, houve uma forte intervenção através de mim, próprio, e do Executivo que lidero no que diz respeito ao perfil do IC31 e agora temos a deliberação do Conselho de Ministros, relativamente, ao Tribunal Central Administrativo e à localização do Tribunal Central Administrativo em Castelo Branco.

Foram muitos os Municípios que dialogaram com a Senhora Ministra da Justiça, aliás houve mesmo intervenções muito fortes por parte de grupos de Deputados, de alguns Círculos Eleitorais, nomeadamente, os Deputados do Círculo Eleitoral de Coimbra que durante muito tempo se bateram para que este Tribunal ficasse situado em outro concelho que não o concelho de Castelo Branco. A deliberação que se veio a concretizar cumpre dois objetivos. O primeiro objetivo, afirmar a centralidade e a importância de Castelo Branco e é indesmentível, salta à vista de todos que esta decisão reforça no que diz respeito à justiça, em concreto, a centralidade e a importância de Castelo Branco.

É um tribunal de relação, é um tribunal superior e é um tribunal que ficará na cidade de Castelo Branco. Depois dá resposta também aos compromissos do Governo do PS, tantas vezes aqui desmerecidos, a proposta e o compromisso de trazer para o interior do país, instituições públicas que valorizem esses locais e ao mesmo tempo promovam a coesão do território.

Penso que estamos todos de parabéns, a Câmara Municipal de Castelo Branco, a Assembleia Municipal que representa todos os cidadãos do concelho por uma decisão que é justa, merecida e que valoriza este território.

Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM) – Neste primeiro ponto da ordem de trabalhos, relativamente à informação que nos foi enviada sobre a atividade municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

verificamos com agrado que se encontra na lista de procedimentos adjudicados, a documentação relativa à implementação de bicicletas de utilização partilhada.

No entanto, apenas existem três ciclovias em Castelo Branco e, fundamentalmente, vocacionadas para aqueles que são os nossos visitantes que consta na página do município. Ora, numa época em que o ambiente está na ordem do dia, é fundamental pensar também nos munícipes de Castelo Branco, isto é, que exista disponível uma rede de ciclovias segura e integrada que sirva os albicastrenses, no sentido, de lhes possibilitar deslocar de forma contínua na nossa cidade. É por isso que o Grupo Parlamentar do PSD/CDS/PPM lhe coloca, Senhor Presidente a seguinte questão. Para quando a criação desta rede, isto é uma rede que seja segura, integrada, contínua que disponibilize, no fundo, condições às trotinetes e às bicicletas elétricas que andam por aí nos passeios, na estrada, a passar diante de todos nós que constituem no fundo uma alternativa de deslocação na nossa cidade.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Após a análise dos documentos que nos foram enviados, gostava de fazer aqui um pequeno comentário. Gostava de dar os parabéns, em especial à elaboração e apresentação que é feita no ponto 11, da apresentação que nos foi feita dos SMAS, em especial pela abertura e clareza nas tabelas que vai da 82 à 86, na qual, se podem acompanhar as empreitadas em curso e nestes documentos podemos ver os dados de obra, localização, valor orçamentado, tipo de procedimento, valor do contrato, prazo da execução, data de fim do prazo, percentagem de execução, percentagem de faturação, entre outros elementos, inclusivamente, podemos acompanhar dos dados, a evolução entre fevereiro e março, dos mesmos projetos. Perante este documento, não podia deixar de dar os parabéns à elaboração de execução desse documento e já agora lançar o desafio, se ao longo daquele documento, outros serviços, outras áreas, poderiam seguir o mesmo exemplo de abertura e transparência de tudo, assim poderíamos de uma forma muito mais clara em todos os municípios ver como estão as obras e as empreitadas a decorrer, tanto no município como nas freguesias de uma forma integrada.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Quero congratular-me com a apresentação do Centro de Saúde de Alcains, faço das suas palavras também minhas, portanto se há algo de confusão em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

relação áquilo que disse da retificação do projeto anterior, portanto estou plenamente de acordo e na altura devida, no passado votamos a favor sobre isso.

Em relação a Castelo Branco fico contente que a questão da saúde, neste executivo, seja realmente algo premente.

Foi aqui dito pelo Grupo Municipal do PSD sobre ciclovias, pergunto o que vão fazer com as ciclovias existentes, um desperdício, não funcionam, não têm segurança para funcionar e por isso não sei o que fazer delas.

Senhor Presidente, analisei todos os procedimentos e tenho aqui quatro perguntas para fazer. Em relação ao gasto de energia, neste momento, já vai em dois milhões, foi esta Câmara que quis e tem projetada até o terminar deste mandato reduzir através das energias renováveis uma redução de oito milhões para seis milhões, depois para quatro, sucessivamente. Gostaria de saber como está a situação e, sobretudo, paralelamente o investimento nessas energias do nos edifícios públicos de maneira que possamos poupar. É nisso que estamos de acordo.

Fiquei aqui também com algumas dúvidas. Há aqui gastos relativos a caminhos e arruamentos, parece que não se investe nas freguesias, vejo aqui que há essa preocupação, portanto, não há aquisição de inertes para construção, portanto é porque está a ter aqui algum exercício, é necessário mais sem dúvida. O que lhe queria perguntar é outra preocupação dentro daquilo que é o investimento de reabilitação do edifício da Guarda Fiscal, está adjudicado, o valor da adjudicação, o destino parece que já sabemos.

A outra questão é sobre este plano de consulta prévia sobre a zona do ARU que é o Plano do Castelo. Porquê esta empresa, não conheço. Sobretudo, a prestação de serviço e coordenação sobre um plano de reabilitação urbana do centro histórico de Castelo Branco, esta empresa naquele valor, o que é que vão fazer, se há aqui alguma retificação. Já lhe perguntei isso, foi-me dito, parece que a zona histórica tem um cuidado muito específico fora do outro plano de urbanização. Senhor Presidente há aqui um cuidado na conservação e manutenção, em primeiro lugar, licenciamento, um cuidado que se deve ter pelos serviços técnicos em que todas as obras que vi em Castelo Branco, ou está despercebida a licença de licenciamento, ou não existe, não está afixada. Encontrei três que cumprem os requisitos da própria lei nº. 99. Mas, não era essa a minha pergunta. Alguma conservação e manutenção, sobretudo para quem chega na estação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

caminho de ferro em que aquele pavimento partido que realmente fica uma imagem para quem chega e quem parte. Eu sei que o Senhor Presidente teve o cuidado, em termos de pavimento de arruamentos, mas deixei de ver essas equipas, não sei se é só em algumas zonas. Acho que devemos investir porque isso não é só uma questão de acessibilidades, é uma questão também de imagem.

Presidente da Câmara Municipal - Senhor Deputado, Carlos Antunes, agradeço as suas palavras. Como viu, este é um documento extenso, um documento que está condicionado pelo tempo, pelo período que queremos abranger e pelo prazo que temos para o elaborar. Esta tarefa tem estado ao cargo da Dra. Deolinda que o tem feito de uma forma exímia que vai recolhendo os dados e os vai incorporando no documento. Aceito a sua sugestão e ao mesmo tempo agradeço a suas palavras de elogiosas que referiu, relativamente, a este documento e à forma como está organizado.

A questão das bicicletas e das ciclovias que aqui foi trazida pela Dr^a. Adelina, não escondo que temos um problema relativamente às ciclovias e também não escondo que eu próprio votei aqui nesta Assembleia Municipal e onde, provavelmente, a Senhora Deputada hoje está sentada, a decisão da rede de ciclovias que está em execução. O que acontece é que as coisas são dinâmicas e a partir de determinada altura, criou-se um conjunto de situações que ainda não conseguimos resolver e já falei aqui várias vezes. Há um problema para resolver na Praça Rainha D. Leonor e na Avenida Pedro Álvares Cabral, na Quinta da Granja, há também uma situação que ainda não identificamos, a melhor solução na rua do Dr. Palmeiro, em frente ao Agrupamento de Escola Afonso de Paiva e o que se prende, nomeadamente com o espaço onde a ciclovia pode vir a passar, se passa pelo IPCJ que não se mostraram muito disponíveis para ceder terreno. Depois atrás dos prédios da Quinta das Violetas em que uma das ciclovias vai desembocar em cima do estacionamento no local onde o estacionamento não é assim tão abundante e, portanto, há aqui um conjunto de situações que pretendemos resolver.

Há poucos dias fizemos uma reunião com o técnico responsável pela elaboração do projeto para que nos ajudasse a identificar soluções. Efetivamente, há outros que simplificam isso. Tive oportunidade de há poucos dias estar no norte da Europa e constatei a forma simples como os suecos e os dinamarqueses resolvem esta convivência quase pacífica entre os peões e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

automóveis. A verdade seja dita que hoje o número de pessoas que andam de carro nas zonas históricas das cidades é bem inferior das pessoas que andam de bicicleta, isso facilita este ordenamento e facilita este trabalho.

Teremos que encontrar uma solução e acredito que vamos encontrar essa solução e promova a segurança dos utilizadores de bicicletas e trotinetes, embora, relativamente, às trotinetes já estão a ser proibidas em algumas cidades da europa, nomeadamente, algumas capitais europeias pelos riscos e pelos danos que têm causado, mas temos que ir avaliando isto com especialistas que são eles que sabem responder a estas questões

Senhor Deputado Ernesto Candeias trás aqui a questão da energia e muito bem. Posso-lhe dizer que aderimos a uma entidade de energia que é a Enerarea para que nos ajude neste processo da requalificação de fornecimento de energia no concelho de Castelo Branco. Eles estão a trabalhar connosco, fornecemos os dados de consumo dos muitos postos de consumo, temos centenas de postos de consumo para que façam um estudo e depois uma proposta de intervenção que acredito que vai acontecer e mais tarde lançarmos um concurso público para o fornecimento dos equipamentos para levarmos por diante esta melhoria da eficiência energética. Um dado que acho importante, no ano de 2021, no que respeita à iluminação pública, foram consumidos nove milhões oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro kilowatts e no ano seguinte de 2022 esse consumo reduziu para oito milhões setecentos e dezanove novecentos e dois kilowatts, isto resulta de uma intervenção que vem sendo feita de substituição das lâmpadas que ainda não está concluída, ainda há um longo caminho para fazer. Mas, também posso dizer que ainda aqui, temos vindo a identificar porque também somos solicitados nesse sentido, um conjunto de zonas, seja na cidade, nas freguesias ou em alguns bairros limítrofes da cidade que nos pedem um reforço de iluminação pública e que vamos avaliando e iremos implementar porque são locais onde vivem pessoas.

Eu vivi numa aldeia até aos dezoito anos, onde não havia eletricidade, sei bem o que era sair todos os dias de casa, ou chegar a casa de noite e tropeçar nas pedras porque não havia eletricidade. A iluminação pública, em concreto, são aspetos que nos dizem muito e com as quais temos também estas preocupações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A empresa que foi contratada para a zona histórica resulta de um concurso público e o objetivo é termos uma assessoria no que diz respeito à intervenção na zona histórica.

Como sabe também, isso foi um dos temas mais importantes da campanha eleitoral em que o PS afirmou de forma muito clara e objetiva, o seu projeto para intervir na zona histórica e temos agora condições para trabalhar de uma forma mais consistente e ao mesmo tempo com um suporte científico nessa intervenção. Fazemo-lo com uma entidade externa que como disse, a contratação resulta de um concurso público, fazemo-lo em articulação, como não podia deixar de ser, com os serviços e com a Divisão de Obras da Câmara Municipal que como muitas vezes refere o Senhor Engenheiro Anibal Natividade, carece de recursos humanos suficientes para dar resposta aos muitos projetos que temos em desenvolvimento e também no nosso plano de atividades.

No que diz respeito à sinalização, concordo consigo, as obras públicas cumprem essa obrigação de estarem sinalizadas, os nossos Diretores e Chefes de Divisão são responsáveis e têm também essa consciência e procuraremos que isso se concretize de uma forma ainda mais cuidada.

Relativamente, às calçadas, há de facto uma preocupação do Executivo e dos Serviços da Câmara Municipal no que diz respeito há manutenção das calçadas. São muitos os pedidos de intervenção, felizmente a plataforma que desenvolvemos para a participação cívica tem tido uma participação bastante grande. Há em concreto dois ou três cidadãos que utilizam essa plataforma de forma sistemática para identificar necessidades de intervenção e umas das necessidades de intervenção mais recorrente é precisamente a conservação dos passeios.

Há uns anos atrás, optou-se e bem por ter ruas e passeios com materiais novos, tais como, calcário e granito. Algumas das intervenções são de placas de granito de grande dimensão e algumas estão partidas. Também não vejo, mas se calhar, estou a ver mal e humildemente o digo, também não vejo que o facto de termos uma placa partida diminua a segurança daqueles que lá passam.

Existem algumas situações que vão sendo sinalizadas, nomeadamente, de lajes que levantam e que imediatamente se deve fazer a intervenção, agora também penso que o erário público e aquele que é o orçamento da Câmara, não pode no caso concreto dessas lajes que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

partidas, mas que ainda assim mantêm toda a dignidade do estado de conservação, estar a substituir constantemente. São custos elevadíssimos e que neste caso, mas digo-o com humildade, não me parece que seja necessário a sua substituição.

Posso-lhe dizer que temos uma equipa da Câmara Municipal mais concretamente dos Serviços da Câmara Municipal que permanentemente faz essa intervenção e também temos procedimentos para que esse trabalho seja feito por terceiros porque os serviços da Câmara Municipal não conseguem dar resposta a todos os pedidos de intervenção.

Perguntou sobre a Guarda Fiscal, sobre o destino a dar ao edifício, é conhecido, será requalificado para o acolhimento de empresas em processo de incubação. Temos aqui uma necessidade que urge resolver e quando for possível, procuraremos intervir a esse nível que é o facto de o Centro de Empresas Inovadoras estar completamente lotado e termos empresas que já estão consolidadas, ou seja, são empresas que já não estão numa fase de incubação. São empresas que ali foram instaladas, que ali tiveram algum período de funcionamento que fatura milhões de euros e, portanto, já não carecem daquele espaço público. Ainda assim, também entendemos que a Câmara Municipal deve criar condições para que essas empresas se mantenham em Castelo Branco, são importantes porque criam riqueza, criam emprego e porque contribuem para o dinamismo económico do Concelho de Castelo Branco.

Entendo que devemos disponibilizar o espaço para que essas empresas possam exercer a sua atividade. Infelizmente, de momento não temos espaços disponíveis para que isso possa acontecer. Não temos esses espaços, temos que os preparar, melhorar e disponibilizar, mas também não venham dizer que é já amanhã, é preciso fazer projetos e obras e é necessário concluir essas mesmas obras.

Penso que respondi às questões que me foram colocadas.

Ponto 2 – Discussão e votação das propostas de “Designação de Júris de Concurso para Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau. Chefe da Unidade de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas”. (Proposta nº. 37/2023)

Aprovado, por maioria:

- 19 votos a favor:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

. 18 GM do PS

. 1 do GM do MPT

- 21 Abstenções:

. 15 GM do S-MI

. 4 GM PSD/CDS/PPM

. 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Discussão e votação das propostas de “Afetação ao Domínio Público do Município de Castelo Branco de uma parcela de terreno com área de 3644 m2, em Ribeiro da Seta. (Proposta n.º. 38/2023)

Votação:

Aprovado, por unanimidade.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4- Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2022”:

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 39/2023)

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Vi que em outras Câmaras Municipais apresentam mapas de sínteses. Não seria também importante que nos apresentasse no cumprimento daquilo que é a lei 75/2013, de 12 de setembro, porque seria uma apresentação mais incisiva sobre isso. Também devia anexar, ou não, na documentação na ata da reunião onde isso foi discutido.

Votação:

Aprovado, por maioria.

- 34 votos a favor:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- . 18 GM do PS
- . 15 GM do S-MI
- 1 do GM do MPT
- **4 Abstencões:**
 - . 4 do GM do PSD/CDS/PPM
- **2 votos contra:**
 - . 2 do GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 40/2023)

Aprovado, por maioria:

- **34 votos a favor:**
 - . 18 GM do PS
 - . 15 GM do S-MI
 - . 1 GM do MPT
- **4 Abstencões:**
 - . 4 GM do PSD/CDS/PPM
- **2 votos contra:**
 - . 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2022”:

5.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 41/2023)

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - Como tivemos oportunidade de referir aquando da apreciação e votação da proposta do orçamento de 2022, “Os documentos previsionais são documentos essenciais para estruturar a estratégia a implementar pelas autarquias nos anos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

subsequentes. Neles são apresentados de forma estruturada os recursos existentes, ou a constituir, para fazer face às necessidades decorrentes dos objetivos a cumprir. Por outro lado, a sua execução traduz a competência do Executivo Camarário em alcançar os objetivos a que se tinha proposto.”

Também tivemos o cuidado de afirmar que “... consideramos que o orçamento, enquanto documento estratégico, permite mobilizar os agentes económicos, empresas e instituições, para a realização dos projetos nele contemplados.” Também não podemos menosprezar a esperança que transmitimos aos nossos munícipes, em que, com a concretização dos projetos e obras planeados, ambicionamos melhorar a sua qualidade de vida e alavancar o progresso da nossa região.

Aquando da apreciação e votação 1.ª Alteração Orçamental Modificativa e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2022, perguntámos ao Sr. Presidente da Câmara, de quanto esperava executar do presente orçamento superior a 88 Milhões de euros. Referimos que apenas se estava a atirar dinheiro para cima dos problemas, sem que existisse qualquer estratégia para a sua resolução.

Embora estivéssemos cétricos, lá no fundo, ainda tínhamos a esperança de poder estar enganados e que o executivo alcançasse uma boa execução do orçamento de 2022. Durante o ano de 2022, essa esperança foi-se desvanecendo...

O presente relatório de gestão, vem confirmar os nossos receios, comprovando que o orçamento, que em dezembro de 2021 vaticinámos que seria provavelmente o pior orçamento dos últimos anos, conduziu à pior execução do século!

No relatório de gestão, não se encontra uma justificação para tão fraca execução, sendo apenas referido que “é de realçar que em termos de Despesa Total/Geral, a execução de 50,01% fica aquém das expetativas criadas pelas atividades constantes no orçamento do ano 2022;”.

Senhor Presidente, para além das oportunidades perdidas, o que mais me preocupa é o desbaratar da credibilidade, da confiança e da esperança que ainda pudesse existir. Diga-nos Sr. Presidente, que medidas de controlo orçamental vai implementar para que a débil execução orçamental não se repita no presente ano de 2023?

Consideramos que o executivo municipal socialista é o principal responsável por este descalabro em termos de execução orçamental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os grupos municipais que sistematicamente, pelo seu apoio ou omissão, vão permitindo a aprovação dos orçamentos, das suas modificações e dos correspondentes relatórios de gestão também serão certamente responsabilizados pelos nossos munícipes!

Obviamente votamos contra, na aprovação dos Documentos de Prestação de contas do exercício do ano 2022 da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Joaquim Manuel Faustino (PS) – Caríssimo Senhor Deputado Armando Ramalho, a final vou falar de ética e de esperança porque nisso o colega Professor Ernesto Candeias tem muito mais bagagem do que eu, portanto não vou por aí.

Pergunto diretamente, se me consegue lembrar, dizem que os humanos são fracos de memória, sou humano tenho fraca memória, qual foi a execução orçamental dos anteriores Executivos no seu primeiro ano de mandato?

Outra questão, falou aí no PS no qual faço parte, mas lembre-me lá, antes deste Executivo era de que partido? Lembre-me lá que não me lembro bem.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) – Apenas tenho que referir o seguinte, como tive oportunidade de referir, diria, criticado e é para isso que estas Assembleias existem e fui devidamente criticado, responsabilizo-me enquanto membro desta Assembleia pelos orçamentos em que de facto participei, em que votei e apreciei. Obviamente, haverá outros que têm outras responsabilidades, diria que estou a falar das minhas, no entanto, e por isso mesmo vou cingir à apreciação deste documento que estou a falar.

Já na altura, referi e pela consulta da documentação que fiz antes de preparar a minha intervenção, posso-lhe dizer que de facto se verifica que nos primeiros anos de mandato existe uma inferior execução e, portanto, chamo a atenção, então e nesses anos de mandato como referi logo aquando da primeira aprovação da alteração da modificação do orçamento, nesses anos não há memória que alguém tenha pedido um reforço orçamental de vinte e oito milhões de euros? Já na altura referi que me parecia que o Executivo estava a ter mais olhos que barriga e, de facto, confirma-se com a execução. É que houve uma alteração que foi feita, esse pedido e veja que nos outros casos pelo menos não notei esses reforços e, de facto, depois conduziram a tão fracas execuções orçamentais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Carla Sofia Massano Carvalho (PS) – Meu caro amigo Armando Ramalho, diz que este orçamento foi só atirar dinheiro para cima dos problemas. Eu tenho aqui, recorrendo aqui das moções que foram aprovadas aqui na Assembleia Municipal por parte do S-MI, pacotes de medidas do género de assumir a comparticipação de 15% do valor da fatura da eletricidade e gás a pessoas com rendimentos iguais ou interiores a 1,5% do IAS, apoiar mensalmente pessoas em residências para pessoas idosas com 100€, a pessoas em Centro de Dia com 50€, apoio ao domiciliário com 65€, apoio aos cuidadores informais com 50% do valor concedido pela Segurança Social.

A minha questão é se isto também não são propostas a atirar dinheiro para cima dos problemas sem os resolver, o que é que será?

Qual é a vossa posição? Se quando são propostas do PS e opções políticas e ideológicas que estão mal, só porque não foram as vossas seguidas.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – Eu não venho aqui defender a Câmara que fique bem claro. Agora é verdade que há aqui em termos percentuais, que as despesas correntes de execução comparativo com anos anteriores não foram cumpridos, ficaram aquém das expectativas criadas em termos de atividades integradas no orçamento de 2022.

É verdade que aprovamos e eu próprio aprovei o reforço de aditamento de vinte e dois e não vinte e oito milhões, como disse o meu colega Armando Ramalho, é verdade que não atingiu os objetivos, mobilizou agentes, mas não foi capaz.

Esta Câmara teve uma gestão de continuidade, de obras continuadas do mandato anterior, este teve que as realizar com derrapagem ainda por cima. Deixaram uma série de questões, a qual, a atual Câmara teve que concluir. Agora também pouco servem, a utilidade de prioridades, questiono. É verdade que não concordamos com o antes e não o investimento. É verdade que esta Câmara não investiu e não é que não tenha empenho, não é que não tenha estes propósitos, mas Senhores Deputados da Assembleia, a gestão orçamental que nos é apresentada teve consequências contextuais da Guerra da Ucrânia iniciada a 24 de fevereiro, condicionou fortemente o desempenho da economia global e é indicada em relação ao relatório de gestão de prestação de contas. Foi no contexto macroeconómico que o aumento dos preços da energia, alimentação, da inflação global e nacional, causaram agravamento da situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

social económica das famílias e das empresas, da qual, de uma forma que pode ser discutida e fez muito bem, esta Câmara incidiu em aspetos sociais prementes e urgentes. É um orçamento que pode ter aquilo que podia ser melhor.

Eu não sei, por exemplo, em termos de investimento e de incentivo ao investimento, se em termos de criação de postos de trabalho e coesão social, esta câmara deveria ter o passo.

É verdade que haverá muitas preocupações que os Grupos Municipais apresentam, os cidadãos em geral apresentam, muitas delas têm sido contempladas, é verdade que transitou para 2023 muitas das rubricas que deviam ser executadas em 2022. Tudo isso é verdade. Agora estamos disponíveis para fazer bons projetos, já como lhe disse, estendo-lhe a mão como cidadão e representante deste movimento, não andamos aqui a acabar coisas que tem pouco benefício. Nós queremos bons efetivos projetos para o futuro e uma cidade projetada para o futuro. Não quer dizer isso e relembro que já tivemos aqui uma posição de abstenção. Também não seríamos coerentes porque assim o decidimos quando foi a aprovação do orçamento a nossa abstenção. Mas continuamos a estar atentos a dar sempre que for possível, o nosso apoio para que esta autarquia que pelo menos devemos incentivar para esta dinâmica de política municipal, possa fazer em 2023 melhor do que em 2022.

Francisco Pombo Lopes (PS) – Em primeiro lugar, não vou repetir aqui a defesa do orçamento porque na defesa do orçamento foi amplamente esplanada as razões, as justificações para o valor orçamentado.

Por outro lado, não podemos esquecer que um orçamento é um documento previsional e que não temos o dom da adivinhação e por acaso este exercício, ao qual se reporta o orçamento de 2022 que por acaso tivemos uma guerra e num país que não é tão distante quanto isso, é um país europeu, na Ucrânia que condicionou toda a conjuntura económica deste ano e tivemos a guerra logo em 2022 e não estranhem a argumentação porque ela é plausível e suportável em termos teóricos e práticos porque toda a execução orçamental também implica disponibilidade de mão de obra, por exemplo. As empresas não fornecem muitas vezes a mão de obra e não realizam trabalhos da forma mais célere como era desejável. Algumas das obras já transitaram do anterior executivo e tudo isso implica quebras na execução orçamental.

Aliás, nas GOP,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desde 2020 que também foi um ano marcado pelas contingências da pandemia e 2022 ainda teve algumas repercussões dessa pandemia saliente-se, foi condicionado a partir de 2020 um decréscimo acentuado na execução das GOP. Há um decréscimo na execução das GOP. Porquê? Veja-se o gráfico 12, da página 25, do Relatório de Gestão e poderão acompanhar que há a partir de 2020 um decréscimo na Execução das GOP. Porquê? Porque a conjuntura económica não permite uma execução orçamental conforme é desejável para além de outras condicionantes como é o caso da necessidade já aqui esplanada e repetida por vezes da necessidade de acomodar verbas de anteriores orçamentos não executados.

Por outro lado, estamos agora a entrar numa fase em que as parangonas de jornais, os cartazes vazios e os chavões são muitas vezes a única forma de tentar transmitir muitas vezes insatisfação de não ser o próprio a governar, existe aqui um fator que é decisivo. É que o dinheiro, se há um défice nas contas, há por assim dizer um saldo positivo de tesouraria e há aliás, em relação ao ano de 2021 um saldo positivo em cerca de um milhão e qualquer coisa de euros.

Por outro lado, tivemos um aumento da despesa. Não queiram que o município seja uma ilha isolada que não tenha qualquer influencia da conjuntura económica.

A despesa com a eletricidade, combustíveis, aquisição de bens e serviços, fornecimento dos mais variados materiais, os aumentos salariais, tudo isso, é comportado pelo orçamento. Tudo isso contribui para a despesa orçamental.

Por outro lado, destacamos as transferências para as freguesias, houve aqui quem dissesse que se queixasse que não foram transferidos. Foram transferidos mais milhares de euros para as freguesias durante o exercício transato.

Por outro lado, no âmbito educativo houve um aumento de quinhentos e vinte oito mil euros.

Por outro lado, a medida de devolução de IRS teve um impacto de menos na receita de um milhão e duzentos mil euros, ou seja, o que é que importa ao cidadão? A aritmética e a condução e argumentação das contas a bel-prazer do poder político, ou a satisfação das necessidades da comunidade. O que importa ao cidadão mais do que orçamentos de régua e esquadro e para ficar o encaixe muito bem encaixado. O que importa ao cidadão não é a falta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de esperança, mas sim a concretização e essa concretização só é possível na medida em que a conjuntura também a permita, não depende apenas do Executivo.

Este município esteve bem na sua execução orçamental perante a conjuntura que passamos, grave seria se este município não tivesse a persecução do interesse público e grave seria se este município não tivesse um comporte financeiro estável que lhe permita prosseguir as suas finalidades e assegurar a satisfação da comunidade e isso não está, nem esteve em causa.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Após a análise do documento que nos foi disponibilizada há uma cifra que acho que salta todos à vista, que é 50%. Sinceramente talvez porque nunca estive na função pública, mas fiz toda a minha vida em empresas privadas, se como responsável de uma área ou de uma empresa, apresentasse 50% de execução orçamental no orçamento, de certeza que não estava lá os anos todos que lá estive. Era impossível.

O Orçamento de 2022 aprovado por esta Assembleia inicial, foi de sessenta e seis milhões. Foi aprovada uma Revisão que passou para oitenta e oito milhões e, entretanto, foi aprovada uma nova Revisão que reduziu para oitenta e quatro milhões.

No orçamento para 2023, o Executivo já tinha a noção que não iria concretizar vinte e um milhões.

No dia 23 de março, acerca de um mês atrás, foi-nos pedido a validação de uma alteração de orçamento para 2023, no qual, podemos deduzir que não iriam sem executados trinta milhões de euros no orçamento de 2022. Hoje, com a apresentação de contas sabemos que não foram executados quarenta e dois milhões do orçamento de 2022, os 50% do valor executado.

Mas ainda há mais, na execução de despesas de capital, foi de trinta e seis por cento de investimentos, obras. Na execução de despesas das GOP, temos uma previsão e são planos a longo prazo, apenas quarenta e um por cento foi executado.

O Plano Plurianual foi de trinta e oito por cento. A Execução das Despesas Correntes foi de cinquenta e nove por cento, no entanto, com alguns cálculos pode-se constatar o seguinte, a Despesa de Pessoal, mais as Despesas de Bens e Serviços representaram quarenta e nove



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

por cento do orçamento, ou seja, de cinquenta e nove para quarenta e sete, apenas doze por cento do valor orçamentado é que foi executado porque o resto é muito fixo, os cinquenta e nove por cento executados, quarenta e sete por cento é bastante fixo.

Relembro que no ano de 2021 ficaram por executar trinta e sete milhões, ou seja, em 2021 ficaram por executar trinta e sete milhões. No ano de 2022, quarenta e dois milhões, ainda estamos a incrementar em vez de reduzir o valor que vai passando para ano. Em vez de melhorar, estamos a piorar, é um facto.

Agora uma questão que coloco, qual será o valor de 2023 que não vai ser executado e passado para 2024, se estamos a passar trinta e sete milhões para quarenta e dois milhões, vamos aumentar ou vamos reduzir porque à partida o que se passa é que temos efetivamente um orçamento entre os trinta e os quarenta milhões, o resto é valor que vai passando de uns anos para os outros. Com isto, a questão que coloco é, qual é a confiança para futuros orçamentos quando apenas cinquenta por cento é executado?

Como disse ao princípio, uma empresa privada estava claro o que ia acontecer.

Armando Lopes Ramalho (S-MI) – Relativamente às questões que me foram colocadas queria referir o seguinte, estamos a falar de uma execução orçamental como acabaram exatamente de ouvir por outro grupo municipal de cerca de cinquenta por cento e é sobre isso que estamos a falar e é sobre isso que me estou a debruçar.

Quando falamos que foi um ano excecional que existiu inflação porque vinham obras do anterior executivo, meus amigos, se não houvesse execução, tinha ficado nos quarenta por cento. Se não houvesse inflação, se não tivesse existido obras do anterior Executivo que não tinham sido realizadas, provavelmente estávamos a falar numa execução orçamental francamente inferior. Acho que isto até eu percebo.

Do ponto de vista também da disponibilidade de mão de obra, chamo a atenção que nos anos anteriores, tivemos uma situação de pandemia, aí sim, de facto, a mão de obra ficou digamos, diminuída. Não foi possível, de facto a mão de obra existente no país ser disponibilizada para os agentes económicos e aí, de facto, existiam problemas de mão de obra de execução dos trabalhos planeados. No ano de 2022 tal não aconteceu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto às propostas do S-MI que foram recusadas na área social, chamo a atenção que nas GOP, no objetivo 2 está lá claro que mesmo ao nível dos objetivos sociais, a execução ficou-se pelo trinta e seis por cento. Se fosse tida em atenção essas propostas que foram rejeitadas do S-MI com certeza que teria sido impossível aumentar essa execução.

Presidente da Câmara – No final do ano de 2022, o saldo de gerência da Câmara Municipal de Castelo Branco, ou seja, o montante em dinheiro da Câmara Municipal de Castelo Branco depositado nos bancos era de quarenta e seis milhões cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta e oitenta e três euros e quarenta e oito cêntimos. Significa isto, que no final do ano de 2022, o dinheiro da Câmara depositado nos bancos é superior em mais um milhão quatrocentos e trinta e dois mil duzentos e oitenta e oito euros, relativamente ao ano de 2021. Ou seja, a Câmara Municipal de Castelo Branco goza de uma extraordinária saúde financeira. Mais, se considerarmos a regra do equilíbrio financeiro, segundo, a qual, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos a longo prazo. No ano de 2022, verifica-se que a Câmara Municipal de Castelo Branco cumpriu a regra do equilíbrio financeiro tendo uma margem de nove milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e dezassete euros e setenta sete cêntimos, ou seja, as receitas correntes da Câmara Municipal foram de trinta e nove milhões novecentos e vinte e dois mil quatrocentos e trinta euros e vinte e um cêntimos e as despesas correntes, mais as amortizações médias foram de trinta milhões seiscentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dezasseis euros e setenta e quatro cêntimos.

Mas, falemos Senhor Deputado Armando Ramalho de esperança e falemos de execução. Analisando as contas de 2022 e façamos a comparação com anos anteriores. Falemos de receitas, e despesas em valores absolutos, em euros para que todos percebamos do que estamos a falar.

Senhor Presidente da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, os números e os números de euros são claros. Em valores absolutos, a execução da despesa no ano de 2022 foi a maior execução da despesa do Município de Castelo Branco pelo menos desde o ano de 2015, ou seja, quarenta e dois milhões novecentos e sessenta e seis mil setecentos e sessenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que respeita ao valor da receita cobrada no ano de 2022, é de quarenta e quatro milhões cento e vinte e nove mil cento e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos, ou seja, o segundo maior valor de receita cobrada desde o ano de 2015. Mas, façamos algumas comparações, sabem os Senhores Deputados qual foi o resultado líquido do ano de 2018? Como acredito que não têm presente este resultado, digo-vos: menos um milhão seiscentos e oitenta e cinco mil cento e oitenta e quatro euros e noventa e um cêntimos. E sabem Senhores Deputados que o resultado líquido no ano de 2021, foi menos de um milhão quatrocentos e dezasseis mil cento e cinquenta e sete euros e cinco cêntimos.

Mas, ainda faço outra pergunta, Senhores Deputados, sabem qual foi o resultado líquido no ano de 2019? Pois, Senhores Deputados foi de menos três milhões quinze mil setecentos e dez euros e vinte e cinco cêntimos.

Ora bem, se compararmos o exercício de 2019 antes da pandemia em plena competência de todos os Órgãos em que era o Presidente os agora Vereadores que tão veemente criticam os resultados de 2022, constatamos que a meio do mandato 2017/2021, num ano sem guerra, com uma inflação de 0,3% o resultado líquido do exercício foi superior a três milhões de euros negativos.

Agora imaginem Senhores Deputados se aplicássemos a estes resultados, os custos da eletricidade, os custos com os combustíveis, os custos com o gás, acredito que o resultado negativo seria bem superior a seis milhões de euros.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, é verdade que em 2019 a taxa de execução foi maior que a taxa de execução de 2022. É verdade a taxa de execução foi maior. Mas os Senhores sabem tão bem como eu, como todos aqueles que aqui estão que o orçamento de 2022 foi condicionado por vinte e três milhões de euros de despesas comprometidas, que comprometiam o Senhor Deputado Armando, a esperança, o futuro, a concretização de obras e a concretização de objetivos porque não deixavam margens de manobra para inclusão nesse mesmo exercício.

Na verdade Senhor Presidente, em 2019, foi feita menos despesa e menos investimento que em 2022, mas com a aparência de melhores números. Nós preferimos apostar mais alto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

tivemos que apostar mais alto porque mesmo não chegando onde queríamos, conseguimos mais do que aqueles que agora aqueles que se acham os melhores.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo do PS escolheu as pessoas em vez dos números, o Executivo do PS escolheu apostar em Castelo Branco.

Em situações extraordinárias como aquelas que vivemos, a melhor aposta no futuro é a aposta no presente. As famílias precisaram de ajuda, a Câmara disse presente. Devolvemos uns milhões duzentos mil euros às famílias através do IRS. As instituições sem fins lucrativos precisaram de apoio e apoiamos com mais duzentos e setenta e nove mil cento e oitenta euros, em 2021. As freguesias precisaram de apoio e transferimos mais quatrocentos e quarenta e três mil euros do que o valor que tinha sido transmitido no ano anterior.

Quando enfrentámos consequências extraordinárias imprevistas, o fundamental para assegurar o futuro é garantir que estas dificuldades temporárias não podem hipotecar esse futuro. É preciso ação e foi isso que fizemos, apoiamos as famílias, apoiamos as freguesias para reforçarem a sua ação. Apoiamos as Associações para que não deixassem de ter condições para continuar a dar vida à nossa cidade. Este não é o momento para gastar muito, mas sim, para gastar bem. É o momento onde é preciso apoiar as pessoas, as freguesias e apoiar a comunidade e é isso que este relatório demonstra com clareza.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, falei-vos de números, de execução em valores absolutos, não vos falei de uma percentagem condicionada por um exercício orçamental condicionado e tão condicionado que depois tem estes reflexos em termos de percentagem.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, o que conta na vida das pessoas, os recursos financeiros que a Câmara Municipal disponibiliza e são no fundo o progresso e o desenvolvimento de Castelo Branco e é para isso que em conjunto estamos a trabalhar pelo o futuro e pelo progresso de Castelo Branco.

Votação:

Aprovado, por maioria:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 18 votos a favor:

. 18 GM do PS

- 5 abstenções:

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 1 GM do MPT

- 17 votos contra:

. 15 GM do S-MI

. 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 42/2023)

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) – Em relação aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco que apresenta um resultado negativo no ano de 2022, de setecentos e noventa e oito mil euros que também já no ano de 2021 tinham apresentado um resultado negativo e outro valor que chama um bocadinho a atenção, é previsões de mais de um milhão e oitocentos mil euros, tanto em 2021, como em 2022.

Então gostava de colocar aqui duas questões se fosse possível ter respostas, se seria possível darem-nos uma explicação detalhada do que está na origem destes resultados negativos? E a segunda questão, porquê previsões desta ordem de grandeza de um milhão e oitocentos mil é muito superior? Se não houvesse esta previsão é lógico que os resultados seriam positivos.

Presidente da Câmara Municipal – Essas previsões resultam de uma opção política que foi tomada a algum tempo atrás e que em devido tempo, falaremos sobre as razões porque vão existindo.

Votação:

Aprovado por maioria:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 18 votos a favor:

. 18 GM do PS

- 20 abstenções:

. 15 GM do S-MI

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 1 GM do MPT

- 2 votos contra:

. 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta “Área de Recrutamento. Dirigente Intermédio. Estrutura Orgânica Flexível”. (Proposta n.º 43/2023)

Aprovado, por maioria:

- 34 votos a favor:

. 18 GM do PS

. 15 GM do S-MI

. 1 GM do MPT

6 abstenções:

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta “Comparticipação Financeira dos Municípios no Âmbito do Concurso Público de Concessão de Transporte Público de Passageiros para a Beira Baixa. Encargos Plurianuais”. (Proposta nº. 44/2023)

Armando Lopes Ramalho (S-MI) - Relativamente a este ponto, vem o Grupo Municipal do SEMPRE – Movimento Independente declarar o seguinte:

- Entendemos que, considerando os valores propostos, os interesses do Município não estão devidamente acautelados;

- Por outro lado, não foi facultada atempadamente toda a informação relativa ao processo, nomeadamente o Modelo Económico-Financeiro subjacente, o que condicionou gravemente a análise por parte do grupo municipal do SEMPRE da proposta apresentada.

Perante o exposto, iremos votar CONTRA a presente proposta.

Ernesto Candeias Martins (MPT) – É verdade consideramos que algumas dúvidas que contemplam aquilo que são os interesses do Município e é verdade também e aí tem que coincidir com o colega anterior que devido a ter havido documentos atempados para se fazer uma boa análise, ou seja, gostaria até que houvesse um relatório disponível anterior até 2021. É verdade que isto caducou em agosto de 2021, agora sem outorgar a concessão, é isso que se vem agora a solicitar. Mas, para termos uma boa análise racional em termos da decisão, peço por não termos a documentação atempada e também algumas dúvidas que aqui nos apresenta em termos daquilo que de Município pode contemplar ou não.

Presidente da Câmara Municipal – Vamos deliberar sobre a participação da Câmara Municipal, neste caso, concreto do Município de Castelo Branco, na Rede de Transportes Intermunicipais da Beira Baixa. É uma rede de transportes que faz a ligação entre os diferentes municípios, tendo como ponto central o Município de Castelo Branco. Ficaria muito preocupado se alguém entendesse que os autocarros em vez de terminarem os seus percursos em Castelo Branco, fossem para um outro concelho que não a cidade capital de D

istrito e a capital também da Beira Baixa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estamos a falar de um valor significativo, é verdade que tem a ver com a participação do nosso Município, relativamente às carreiras que fazem o nosso percurso para a cidade e do concelho de Castelo Branco para outros concelhos.

Podem argumentar que devíamos apenas pagar um transporte de vinda e o de ida, há pouco dizia-vos que nasci numa aldeia onde só tivemos eletricidade quando tinha 18 anos, fiz os meus estudos, secundário, à luz do candeeiro e do petromax.

Falo-vos também de transportes. Falo-vos também de sair todos os dias da Taberna Seca por volta das sete da manhã para vir estudar para Castelo Branco e muitas vezes só podia regressar a casa ao final do dia porque ao longo do mesmo não havia autocarros.

Sei bem que para alguns que viveram sempre no conforto da cidade estas coisas não se percebem, não se entendem, não se valorizam, mas, para aqueles que nasceram no seio do povo que tiveram que lutar para ultrapassar adversidades, uma rede de transportes pública e quanto mais reforçada for, é fundamental para o desenvolvimento.

Votação:

Aprovado, por maioria:

- 18 votos a favor:

. 18 GM do PS

- 5 Abstencões:

. 4 GM do PSD/CDS/PPM

. 1 GM MPT

- 17 votos contra

15 do GM S-MI

2 do GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal – Peço a vossa atenção para esta intervenção após a votação, mas faço porque a considero importante. Um dos temas de discussão no que diz respeito à comparticipação de Castelo Branco neste contrato de transportes públicos de passageiros para o território da Beira Baixa, teve a ver com o facto de os utentes que tenham comprado o passe da Mobicab pudessem utilizar de forma gratuita ou sem custos acrescidos a Rede de Transportes da Comunidade Intermunicipal.

É importante que fique registado em ata, já ficou registado na ata do Executivo e é importante que fique aqui registado. Mas ainda dou um passo atrás, imaginem que aquilo que tínhamos aprovado era apenas um transporte público, imaginem proveniente de Proença de manhã e um transporte público com destino a Proença ao final do dia e, entretanto, havia mais três ou quatro autocarros. Os nossos utentes da Mobicab teriam que pagar um preço suplementar.

Queria deixar aqui este esclarecimento, peço Senhor Presidente da Assembleia Municipal a sua compreensão por ter intervindo nesta fase, mas penso que é importante este esclarecimento.

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta “Regulamento de Apoio à Família no Concelho de Castelo Branco. Procedimento de Alteração”. (Proposta nº. 45/2023)

Presidente da Câmara Municipal – Esta é mais uma revisão de alteração ao Regulamento de Apoio à Família e prende-se concretamente com o pagamento das refeições escolares. Tivemos aqui uma dificuldade no pagamento destas refeições para as instituições particulares de solidariedade social, ou seja, para o setor privado da Educação. E porque é que tivemos esta dificuldade? Porque as instituições particulares e o setor privado não conseguem, embora ache estranho que isso aconteça, mas de qualquer modo, não vou aqui expor aquilo que é a minha opinião pessoal. Hoje estas instituições não conseguem identificar no recibo que passam às famílias dos meninos que frequentam o ensino pré-escolar e 1º. ciclo, não conseguem identificar ou não identificam a parcela referente às refeições. Foram realizadas algumas reuniões com a Senhora Vereadora e apesar do nosso apelo para tentar alguma solução apenas uma instituição do setor privado, identifica e discrimina aquele que é o valor com as refeições. Nós não podemos em nenhuma circunstância prejudicar os pais e os encarregados de educação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

das crianças que frequentam essas instituições. E é nesse sentido que aqui apresentamos esta proposta de alteração para que se consiga enquadrar dentro deste Regulamento e logo nas possibilidades de pagamento, a essas famílias que frequentam essas instituições.

Era esta a explicação que queria deixar, sendo que como facilmente se compreende, esta questão condicionou o pagamento das refeições a todos os outros, incluindo aqueles que frequentam o setor público.

Maria da Conceição Martins (CHEGA) – Era precisamente isso que ia questionar, o tempo demorado do pagamento dessas refeições. Foram entregues os documentos no mês de setembro, tiveram só trinta dias para entregar, iniciou o ano letivo, estamos a acabar o ano letivo e nada. Isto tudo porque não há entendimento entre as IPSS e a Câmara.

Presidente da Câmara Municipal – Não é entendimento entre as IPSS e a Câmara. O que acontece é que o Regulamento previa que o pagamento das refeições seria com base numa fatura e essa fatura não discrimina o valor pago das refeições. Esta alteração visa resolver este assunto que condicionou o pagamento a estas crianças.

Maria da Conceição Martins (CHEGA) – Eu falo com conhecimento próprio, porque a minha neta está numa dessas IPSS e o que recebe é o valor da mensalidade, não aparece lá nem as atividades que tem, nem as refeições, nada, só exatamente o valor da mensalidade e, portanto, é isso que está a gerar a discussão.

Votação:

Aprovado, por maioria

- 39 votos a favor:

- . 17 GM do PS
- . 15 GM do PSD/CDS/PPM
- . 4 GM do PSD/CDS/PPM
- . 2 GM do CHEGA
- . 1 GM do MPT

- 1 Abstenção:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Junta de Freguesia de Malpica do Tejo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta “Primeira Revisão Orçamental Mediante a Utilização do Saldo de Gerência do Ano Anterior e Dotação da Rubrica, dos SMAS”. (Proposta n.º 46/2023)

Aprovado, por maioria

- 38 votos a favor:

- . 18 GM do PS
- . 15 GM do S-MI
- . 4 GM do PSD/CDS/PPM
- . 1 GM do MPT

- 2 votos contra:

- . 2 GM do CHEGA
- . 2 GM do CHEGA

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º11 .

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Luís Vicente Barroso - Nestes quatro minutos que me são atribuídos para falar como cidadão venho apresentar uma proposta de alteração ao *Regulamento de Participação de Despesas com Medicamentos* do Município de Castelo Branco.

Realço, que tive de comunicar com dois dias úteis de antecedência, e por requerimento dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco esta minha intenção de intervir hoje.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Regulamento foi criado em fevereiro de 2013, e desde esse ano até hoje nunca sofreu qualquer revisão ou atualização.

Ao Município e ao seu executivo cabe a obrigação política de criar respostas sociais que contribuam para erradicar a pobreza e a exclusão social, promovendo a solidariedade, a justiça, a coesão social, e a fixação de pessoas, novas e idosas, no nosso concelho.

Reconheço que têm sido dados alguns passos importantes neste sentido como o comprova a existência deste Regulamento, o pagamento de refeições no pré-escolar e 1º ciclo, e a comparticipação das mensalidades na frequência das creches.

Mas é nas pessoas idosas e reformadas afetadas por doenças crónicas, que resultam em despesas avultadas com medicação permanente, aliada, normalmente, a baixas reformas, que colocam este grupo social numa frágil situação económica afetando a sua qualidade de vida.

Cada cêntimo para estas pessoas conta!

Desta forma, venho propor a revisão do Artigo 8º - Reembolso de Despesas, Ponto 3, que diz o seguinte:

“As despesas com medicamentos serão comparticipadas pelo Município em 75% do valor não comparticipado pelo Estado”.

- Proponho que a comparticipação do Município passe para os 100%.

E no Ponto 4, que diz o seguinte:

“O valor máximo da comparticipação anual é de 600,00€ por beneficiário”.

- Proponho que passe para 750,00€ por ano e por beneficiário.

Estas pequenas alterações/atualizações não “beliscam” em nada o Orçamento Municipal comparadas com outras, como por exemplo, a devolução do IRS, que serão três milhões de euros a menos no mesmo, mas são significativas na vida de muitos Albicastrense na situação que vivem atualmente.

- Quantas pessoas beneficiam desta comparticipação de despesas com medicamentos?

- Qual o valor que o Município despendeu com esta medida social em 2022?

- Qual o número de pessoas que atingiram o valor máximo da comparticipação de 600,00€ em 2022?

Para terminar, permita-me senhor presidente Jorge Neves que lhe coloque três questões:

- Porque ainda não está na página da Assembleia Municipal o novo Regimento?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Quais são os locais de estilo no edifício Municipal para os cidadãos tomarem conhecimento dos Editais das convocatórias deste Órgão, atempadamente?

- Porque não fez qualquer referência às intervenções do público no Relatório que apresentou?

Muito obrigado pela vossa atenção, e que se concretize o que ainda falta cumprir de abril.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 35 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,
